Novembro/2012

VOZ Comerciária

SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS SÃO PAULO

UGT UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO - sindicato@comerciarios.org.br - www.comerciarios.org.br

GRANDE VITÓRIA DOS COMERCIÁRIOS

Câmara dos Deputados aprova Regulamentação da Profissão de Comerciário

Voz Comerciária

EXPEDIENTE
Publicação do Sindicato dos Comerciários de São Paulo
Rua Formosa, 99 - CEP 01049-000 - São Paulo/SP
Tel.: 2121-5900
www.comerciarios.org.br sindicato@comerciarios.org.br

SUBSEDE PINHEIROS
Rua Deputado Lacerda Franco, 125 - CEP 05418-000
São Paulo/SP - Tel.: 2142-3300 - Fax 2142-3335
pinheiros@comerciarios.org.br

SUBSEDE TATUAPÉ
Rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, 72 - CEP 03071-100
São Paulo/SP - Tel.: 3466-9393 - Fax 3466-9393
tatuape@comerciarios.org.br

SUBSEDE LAPA
Rua 12 de Outubro, 385 - 4º andar
cjs. 41/42 e 6º andar cj. 62 - CEP 05073-001
São Paulo/SP - Tel.: 2131-9900/9901 - Fax 2131-9907
lapa@comerciarios.org.br

SUBSEDE SANTO AMARO
Rua Coronel Luís Barroso, 102/106 - CEP 04750-030
São Paulo/SP - Tels.: 2162-1700/1701 - Fax 2162-1703
santoamaro@comerciarios.org.br

SUBSEDE SANTANA
Rua Voluntários da Pátria, 1.961
4º andar - cjs. 401/402 - CEP 02010-600
São Paulo/SP - Tels.: 2121-9250/9254 - Fax 2121-9260
santana@comerciarios.org.br

SUBSEDE SÃO MIGUEL
Rua Arlindo Colaço, 162 - CEP 08010-010
São Paulo/SP - Tel.: 3466-9600 - Fax 3466-9620
saomiguel@comerciarios.org.br

SUBSEDE BOM RETIRO
Rua José Paulino, 586 - 5º andar - CEP 01120-000
São Paulo/SP - Tel.: 2504-3535 - Fax 2504-3513
bomretiro@comerciarios.org.br

AMBULATÓRIO MÉDICO E ODONTOLÓGICO
Rua Dr. Diogo de Faria, 967 - CEP 04037-003
São Paulo/SP - Tel.: 2142-3350 - Fax 2142-3363
ambulatorio@comerciarios.org.br

CLUBE DE CAMPO EM COTIA
Estrada do Morro Grande, 3.000 - CEP 06719-500
Cotia/SP - Reservas: 2121-5967
clubedecampo@comerciarios.org.br

COLÔNIA DE FÉRIAS NA PRAIA GRANDE
Av. Guilhermina, 240 - CEP 11700-500 - Praia Grande/SP
Tel.: (13) 3474-2310 - Fax (13) 3591-6194

Diretoria

Ricardo Patah, Presidente

José Gonzaga da Cruz
Vice-Presidente

Edson Ramos
Diretor Secretário Geral

Antonio Carlos Duarte
Diretor Tesoureiro/Financeiro

Marcos Afonso de Oliveira
Diretor do Departamento Jurídico

Antonio Evanildo Rabelo Cabral
Diretor de Educação, Formação Profissional, Esportes, Cultura e Lazer

Neildo Francisco de Assis
Diretor do Patrimônio

Josimar Andrade de Assis
Diretor de Relações Sindicais

Cleonice Caetano Souza
Diretora de Assistência Social e Previdência

Suplentes da Diretoria
Amanda Cristina Bernardo - Aparecido Tadeu Plaça
- Cremilda Bastos Cravo - Dijalma Alves Domingues
- Isabel Kausz dos Reis - Isaias Roberto da Silva
- Marinaldo Antonio de Medeiros - Marlene Teixeira Rodrigues
- Rosilania Correia Lima

Conselho Fiscal
Avelino Garcia Filho - Adriana Machado - Luiz Hamilton de Sousa

Suplentes do Conselho Fiscal
Gino Vaccaro - Domingos Serralvo Moreno - Maria das Graças da Silva Reis

Delegados Federativos
Nildo Nogueira - Wilson Moura da Silva

Suplentes de Delegados Federativos
Natalli Regina Fonseca de Almeida - Erasmo Jacinto da Silva

Conselho de Planejamento Estratégico
Rubens Romano - Julio Nicolau - Manuel Correia - Eduardo Karan

Editora e Jornalista responsável: Elaine Gazonni Mtb 17.654/SP
Textos: Michelle Carvalho, Karina Amador e Ana Castanho
Programação Visual, Artes e Diagramação: Antonio Laudate
Fotos: Fabio Mendes e Jaélcio Santana
Tiragem: 70 mil exemplares
Cartas para a Revista: Assessoria de Imprensa
Rua Formosa, 99 - 13º andar - CEP 01049-000 - São Paulo/SP

Filiado à:

Agora somos mais fortes

Aprovado pela Câmara dos Deputados na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei 3592/2012, de autoria do senador Paulo Paim, que regulamenta a profissão de comerciário, representa uma grande vitória para os mais de 10 milhões de comerciários do País e, particularmente, para os 450 mil trabalhadores dos mais de 70 mil pontos de vendas da cidade de São Paulo. Agora ele segue para aprovação da Presidenta Dilma Rousseff que, certamente, deverá fazê-la ainda este ano.

A regulamentação da nossa profissão foi uma luta liderada pelo Sindicato dos Comerciários de São Paulo, que ganhou a adesão de lideranças sindicais dos comerciários em todo o País, tornando nossa reivindicação mais forte. Ela, além de fazer com que nossa atividade deixe de ser uma função para ser uma profissão, dá subsídios às entidades sindicais para soluções de conflitos que o setor enfrenta, além de assegurar a unidade de representação de nossa categoria, pondo fim aos aventureiros que, a troco de interesses obscuros, são articuladores de fábricas de sindicatos, responsáveis pela divisão de nossa base e dos interesses reais dos trabalhadores.

A regulamentação da nossa profissão faz com que ela seja a maior categoria profissional do País e com representação em todas as cidades do território brasileiro. Ela vai garantir direitos e possibilitar a criação de um piso nacional, encontrando soluções para os graves problemas que o setor enfrenta nas condições de trabalho, como a alta rotatividade, extensas jornadas de trabalho, excesso de horas extras e trabalho aos domingos e feriados sem regulamentação.

Apesar de a atividade ser a mais antiga do País, a falta de uma legislação específica sempre foi uma das principais razões para fragilizar o nosso trabalho, contribuindo para a alta rotatividade e o achatamento salarial dos trabalhadores. Além disso, por ser um setor considerado a porta de entrada no mercado de trabalho para jovens e mulheres, a falta de regulamentação da profissão também era apontada como um fator que desestimulava os trabalhadores.

Com a regulamentação seremos mais fortes como categoria e como representação sindical. Nossas reivindicações serão em nome de mais de 10 milhões de trabalhadoras e trabalhadores. Vale lembrar que ao fixar a jornada normal de trabalho dos comerciários em 8 horas diárias e 44 semanais e assegurar que estes limites só podem ser alterados em convenção ou acordo coletivo de trabalho, poderemos usar mais tempo para o convívio com nossa família. Isso significa também o fim, sem remuneração, de jornadas absurdas de até 51 horas semanais, como constatou o DIEESE. Poderemos, inclusive, ter jornadas menores, de seis horas, para o trabalho realizado em turnos de revezamento, sem perdas na remuneração e garantindo que o mesmo trabalhador não seja utilizado em mais de um turno de trabalho. É uma grande vitória e um novo tempo para a trabalhadora e o trabalhador no comércio.

Ricardo Patah,
Presidente do Sindicato

Índice

26 VITÓRIA DOS COMERCIÁRIOS: Câmara aprova profissão de comerciário

4 ENTREVISTA
- Leci Brandão

7 EDUCAÇÃO
- Família presente garante melhor aprendizado para os filhos

8 AÇÕES SINDICAIS
- 40 HORAS SEMANAIS: Sindicato dos Comerciários defende Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário

11 JURÍDICO

12 RESPONSABILIDADE SOCIAL
- Trupe de palhaços busca amenizar estresse do motorista paulistano

14 FAZ PARTE DO COMÉRCIO
- O poder do aço: é ele que faz as máquinas. São as máquinas que produzem tudo

16 CONHEÇA A CINTEC

18 ECONOMIA
- Os índices medem a variação dos preços ou o custo de vida

20 EM DEFESA DA INCLUSÃO DO TRABALHADOR COM DEFICIÊNCIA

22 VOCÊ CONHECE SEU HOLERITE?

23 ARTIGO
- Antonio Carlos Arruda da Silva

24 TRABALHADOR TERÁ QUE FAZER CURSO PARA RECEBER O SEGURO-DESEMPREGO

25 TERCEIRIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA: *velhos e novos desafios para o movimento sindical brasileiro*

33 ARTIGO
- Almir Pazzianotto

34 ALÉM DO BALCÃO
- Embalado pelo samba no agito do comércio

35 VOCÊ TEM DIREITO A RECEBER O PIS OU PASEP?

30 ROTATIVIDADE NO COMÉRCIO

38 IV FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO DOS APOSENTADOS

36 SYLVIO DE VASCONCELLOS DEIXA SAUDADES

42 UGT DEFENDE REFORMA FINANCEIRA QUE BENEFICIE O DESENVOLVIMENTO DE TODAS AS NAÇÕES

44 MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

46 HISTÓRIA DO COMÉRCIO
- Um pedaço do Japão na maior metrópole da América do Sul

50 QUANDO O PÃO E O LEITE FAZEM MAL

52 MERCADO DE TRABALHO
- Qualificação e conhecimento são sempre bem-vindos

54 SOMOS TODOS SALVA-VIDAS

56 NÃO GASTAR MAIS DO QUE GANHA

57 OS TRÊS PODERES DO ESTADO BRASILEIRO

LECI BRANDÃO
Cantora, Compositora e Deputada Estadual

"TODOS NÓS TEMOS UMA MISSÃO. A MINHA É DEFENDER OS MENOS FAVORECIDOS. FIZ DA MINHA ARTE ESTE INSTRUMENTO"

Mulher negra de origem humilde, nascida no Rio de Janeiro, criada na periferia. A militância social marca a trajetória de Leci Brandão, que sempre apoiou os movimentos sociais em defesa de uma melhor qualidade de vida para a população brasileira, seja ela negra ou não.

Essa mulher, que desde cedo assumiu o compromisso com o combate à injustiça social, cantou em atos sindicais, do movimento negro, da reforma agrária, da democratização, de mulheres, de estudantes, do segmento LGBT, do índio, entre outros segmentos.

Cantora e compositora, Leci, em 2010, conseguiu se eleger deputada estadual de São Paulo, sendo a única negra mulher no universo de 94 deputados na Assembleia Legislativa do Estado. Em entrevista à Revista Voz Comerciária, ela contou um pouco sobre sua história, política, desigualdade, preconceito e cotas.

REVISTA VOZ COMERCIÁRIA: ***Quando a música de Leci Brandão passou a ser conhecida?***

LECI BRANDÃO: Entrei na música nos anos 1970. Em 71 eu estava na mangueira e era a primeira mulher a fazer parte da ala dos compositores. Em 74 comecei a cantar no Teatro Opinião no Rio. Na época, eu era conhecida como a cantora da Mangueira por causa das minhas letras. Eu contava o cotidiano, cantava as notas que me chamavam a atenção. É como se eu fosse uma jornalista musical, tudo que acontecia diferente eu transformava em versos musicais. Isso era feito de uma forma natural, eu não sabia que estava fazendo protesto. Então essa carreira começa em 75 para valer com meu primeiro LP.

REVISTA VC: ***E São Paulo, quando surgiu na sua vida?***

LECI: Minha vinda para São Paulo acontece em 85, quando Moisés da Rocha, da rádio USP, de um programa chamado "Samba pede Passagem", começou a tocar meu LP de cabo a rabo. Nesse momento as pessoas de São Paulo começaram a perceber que eu tinha um trabalho engajado, que minhas letras retratavam as questões sociais, e o povo de São Paulo começou a me adotar.

REVISTA VC: ***O que a motivou a entrar na política?***

LECI: A questão política só entra na minha vida para valer em 2010, porque o Orlando Silva e o Netinho tiveram a ideia de me candidatar a deputada estadual e ligaram para o meu empresário. Eu falei que não queria saber, queria mesmo é continuar cantando, tocando meu pandeirinho, tocando meu tam tam. Mas ele disse: "Leci, eles acham que você deveria entrar, porque é importante ter pessoas diferentes nesse universo político. Os movimentos sociais também querem". Levei quase oito meses para dar a resposta para eles.

REVISTA VC: ***Podemos dizer que sua raiz política vem dos movimentos sociais e do sindicalismo?***

LECI: Também. Eu sempre cantei em eventos para sindicatos no Rio, e essa coisa acabou automaticamente me fazendo entrar nesse mundo. Participei das Diretas Já. Sou contra todo tipo de preconceito, sempre tive músicas contra o racismo, pelo MST, pelos índios, contra a fome, sempre estive ao lado dos direitos humanos, essa é a grande verdade. Em 2010 fui eleita com mais de 85 mil votos.

REVISTA VC: ***A senhora como compositora e cantora viajou por todo o Brasil e conheceu as mais diversas culturas. Essa experiência a ajuda a defender suas lutas na Assembleia Legislativa?***

LECI: Eu sempre lembro do meu panfleto de campanha, procuro seguir, dar continuidade em tudo aquilo que eu cantei. Eu sempre cantei pela negritude, pelas mulheres, sempre cantei pelas minorias, pelos nordestinos, pela questão do respeito pelas religiões de matriz africana, sempre defendi o público LGBT. Eu fiz música para todos esses segmentos. Como compositora, construí histórias para essas pessoas, vi fatos que me fizeram compor. Então, dentro do meu mandato, eu procuro dar continuidade a isso, não existe nenhuma diferença. A gente sempre faz reunião, audiência pública, chama o povo para discutir a questão racial, do movimento negro, das mulheres, entre outros.

"O assunto racismo tem que estar na pauta de discussões brasileiras. Se não estiver nessa discussão, não existe realidade"

REVISTA VC: ***Ser mulher e negra dificultou sua jornada pelas lutas sociais e políticas do País?***

LECI: Na verdade nem é a questão de eu ser mulher negra. É a questão de que os negros neste País, em toda a história do Brasil, para nossa etnia tudo é mais difícil, porque nós não estamos no empoderamento. Cadê as pessoas negras no Congresso? Onde estão os negros nas Câmaras Municipais, nas Assembleias? A gente não está no poder. Pelo Censo do País, somos mais da metade da população brasileira, a divisão deveria ser igual no poder. Essa é uma barreira que temos que vencer.

REVISTA VC: ***Pela primeira vez, o número de pessoas que se declaram negras e pardas é maior do que as pessoas que se declaram brancas, segundo dados do IBGE. Em sua opinião, como se explica esse crescimento?***

LECI: A luta do movimento negro, as conquistas que nós tivemos, a própria criação da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial - SEPIR, que foi criada a pedido do movimento negro, e tem uma série de eventos e ações políticas, ações administrativas, que fazem com que as pessoas comecem a refletir de uma forma mais afirmativa. Quantas e quantas campanhas são feitas, "Honre a sua cor", "Vamos respeitar nossa etnia". O assunto racismo tem que estar na pauta de discussões brasileiras. Se não estiver nessa discussão, não existe realidade.

REVISTA VC: ***Apesar do reconhecimento e dos avanços em relação aos direitos de reparação da população afrodescendente, os negros e negras continuam sendo discriminados no mercado de trabalho, principalmente no comércio, com diferença salarial e cargos inferiores. O que é preciso para mudar esse quadro?***

LECI: Você quase não vê negros trabalhando em lojas de shopping. Agora, se você vai para a praça de alimentação, quem está entregando as bandejas e limpando

os banheiros? Nossa etnia ainda se encontra nas empregadas, nas cozinheiras, nas lavadeiras. A história das mulheres negras é exatamente igual.

O que pode ser feito, por exemplo, é a aprovação das cotas de verdade. No momento que você coloca essa população na educação, no estudo, na cultura, ela vai conseguir se formar, e conseguir literalmente entrar no poder. Eu pego avião e dá para contar nos dedos os negros e negras executivos que pegam o voo. Às vezes eu sou a única negra que está na aeronave.

REVISTA VC: ***O Sindicato dos Comerciários de São Paulo fez em 2003 o primeiro acordo do País para a inclusão de não brancos no comércio. A senhora acredita que negociações como essa ajudam a combater a desigualdade?***

LECI: Iniciativa fantástica. Outros sindicatos também poderiam adotar este acordo. Eu parabenizo o Sindicato pela atitude.

REVISTA VC: ***O comércio possui a maior jornada média semanal de trabalho. Os Sindicatos e Centrais Sindicais têm centrado sua luta na redução da jornada de trabalho sem redução salarial. A senhora é favorável a essa bandeira de luta?***

LECI: Quarenta horas já, eu cansei de gritar, faz uns três anos que eu venho gritando, o último foi no discurso realizado na Praça da Sé, no dia 8 de março. Acho extremamente justo, se eu fosse comerciária estaria nas fileiras com bandeiras, camisetas. Enquanto deputada sou favorável sim.

REVISTA VC: ***Qual o papel do setor sindical neste contexto?***

LECI: Normalmente o setor sindical tem uma sensibilidade com relação às questões dos diretos humanos. Inclusive estavam representantes dos Comerciários na Assembleia em apoio à instalação da CPI para apurar os casos de denúncias de trabalho escravo. Eu faço parte da Comissão de Direitos Humanos. Em relação às questões sociais, os sindicatos são bem atuantes, eles conseguem mobilizar, conseguem fazer uma greve justa. Então, quando você dá uma contribuição sindical para um sindicato que tenha realmente a noção do que é a igualdade dos cidadãos, você sabe que está bem representada.

REVISTA VC: ***Diante de um assunto tão debatido que é a questão das cotas nas universidades, sabendo que a senhora é Membro da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População Negra e Indígena, qual a opinião da deputada sobre esta questão?***

LECI: Eu sou muito clara nesse sentido. Sou a favor das cotas sim, mas acho que as cotas sociais também são importantes porque existem estudantes pobres, que não são negros e que também não têm oportunidades de cursar uma universidade pública. Dar cotas só por dar também não resolve. Nós queremos cotas para livros, para refeição, para o transporte. Vários alunos tiveram que largar a universidade, embora cotistas, porque não tinham dinheiro para nada. A cota tem que ser completa. Nós queremos ver a nossa etnia dentro da universidade.

REVISTA VC: ***Como está sendo o lançamento da Cartilha 'Negro Cidadão'?***

LECI: A cartilha já existia, foi lançada em 1995 pela UNEGRO e depois não deram continuidade. Nós atualizamos porque muita coisa entrou na Constituição. A cartilha é um sucesso, ela tem uma linguagem simples e objetiva, explica todos os direitos que constam na Constituição brasileira e tem também os endereços que você pode fazer suas denúncias, procurar socorro.

REVISTA VC: ***Já que estamos falando de denunciar, como a justiça trata os casos de racismo?***

LECI: A grande discussão é que tem que mudar o Código Penal. No caso do racismo, a Lei 7.716/1989, é classificado como um crime inafiançável. O problema está no processo jurídico; ele esbarra primeiro na tipificação do crime lá na delegacia. As autoridades policiais, quando fazem o registro da ocorrência, acabam recorrendo ao ato de injúria, quando na verdade a qualificação como racismo tem uma penalidade mais dura. O que é preciso também é uma qualificação dos agentes públicos para tratar de atos de racismo.

REVISTA VC: ***O que o trabalhador pode esperar da mulher, Leci Brandão, cheia de ideias e de ações?***

LECI: Todos nós temos uma missão. A minha é defender os menos favorecidos. Fiz da minha arte este instrumento, até porque eu sei o que é querer ter uma casinha simples e não ter, por falta de dinheiro. Senti na pele o que é trabalhar e ter que sustentar e ajudar na renda da família. ■

Membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), Leci Brandão, em reunião sobre a exploração de trabalho escravo na fabricação de peças de roupas da Zara, em 2011. Dirigentes e militantes do Sindicato dos Comerciários de São Paulo lotaram o plenário da Alesp para apoiando a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Escravo

FAMÍLIA PRESENTE GARANTE MELHOR APRENDIZADO PARA OS FILHOS

MAIS DO QUE UM INCENTIVO, CONHECER A VIDA ESCOLAR É UMA PROVA DE CARINHO

Acompanhar o desempenho escolar dos filhos, além de prazeroso, é algo essencial para seu desenvolvimento educacional.

Mas como fazer isso trabalhando fora o dia todo? É possível, sim. Basta uma mudança de costume, de rotina e um pouquinho de força de vontade.

"O filho – seja criança ou jovem – precisa minimamente sentir que sua educação é valorizada", explica Andrea Bergamaschi, coordenadora-geral do Movimento Todos Pela Educação.

Antes de tudo, é preciso esclarecer que acompanhar a vida escolar não significa apenas cobrar. Também não é o mesmo que fazer a lição de casa pelo filho. É muito mais do que isso: é conversar, prestigiar, mostrar interesse, impedir que o aluno falte sem motivo, perguntar sobre os colegas, incentivar a leitura. Lembre-se que você é o espelho da sua criança: se você ler, ele vai se interessar mais por essa atividade.

Checar o boletim ao final de cada bimestre também é indispensável. Em caso de notas baixas, antes de brigar, procure entender o que aconteceu. É muito importante que, nestes momentos, a família procure o professor para ouvir sua versão. Juntos, todos poderão encontrar uma solução para que a nota não se repita.

Andrea explica que conseguir fazer a lição de casa junto com o filho todos os dias seria o mundo ideal. "Mas sabemos que isso não é possível. Na maioria dos casos, os pais trabalham fora. Entretanto, pedir para ver a tarefa quando chega em casa é algo possível e que fará muita diferença."

Essa é uma forma, inclusive, de perceber se a criança está aprendendo, se está conseguindo acompanhar os estudos e realizar os exercícios em casa.

"Os pais precisam mostrar aos filhos que, apesar de não estarem perto o tempo todo, querem saber deles. O simples fato de chegar em casa e perguntar como foi a aula já demonstra algo do tipo 'eu estava trabalhando, mas sei que você foi à escola e me interessa saber se deu tudo certo'", diz a coordenadora.

É também importante ressaltar que mesmo que o pai não tenha terminado o ciclo escolar, ele é capaz, sim, de ajudar o filho. O que vale é o interesse, o estímulo – até para que a história não se repita e ele conclua os estudos. Aliás, um bom exercício é pedir para seu filho lhe explicar o que aprendeu – isso o ajudará a fixar a matéria.

Estar em escola particular ou pública, no ensino básico, fundamental ou médio – não importa! O interesse da família pelo desempenho dos filhos deve ser constante.

"Quando você demonstra preocupação com o que a criança está vivendo no ambiente escolar, automaticamente ela cria uma responsabilidade, um comprometimento maior para que tudo dê certo por lá", ensina Andrea.

Outra dica importante é se esforçar ao máximo para ir pelo menos a uma reunião de pais por semestre. "A participação da comunidade na vida escolar muda o relacionamento da criança com a escola. Ela sente que sua família está interessada, quer conhecer seus professores, seu local de estudo. Isso aumenta o envolvimento dela. Não podemos esquecer que a educação não é uma responsabilidade só da escola. É um conjunto. Por isso, manter um bom ambiente familiar é também um fator indispensável para o sucesso educacional do filho", finaliza Andrea. ■

Veja algumas dicas para ajudar seu filho a se dar bem na escola

- ❍ Pergunte o que ele aprendeu e como foi o dia
- ❍ Não o deixe faltar às aulas sem motivo
- ❍ Estimule-o a estudar
- ❍ Combine um horário de estudo
- ❍ Confira os cadernos e as tarefas
- ❍ Seja paciente
- ❍ Frequente as reuniões de pais
- ❍ Converse sobre as notas baixas e elogie as altas
- ❍ Garanta o acesso constante a livros
- ❍ Conheça, converse e valorize os professores

Saiba mais no site www.todospelaeducacao.org.br

40 HORAS SEMANAIS TÁ NA HORA

Sindicato dos Comerciários defende Redução de Jornada de Trabalho sem Redução de Salário

Geração de novos postos de trabalho, maior produtividade, mais disposição, qualificação, convívio familiar, qualidade de vida, atividades culturais. Esses são alguns dos benefícios que podem ser conquistados a partir da redução da jornada de trabalho do comerciário, de 44 para 40 horas, sem redução do salário.

E é essa uma das maiores bandeiras defendidas pelo Sindicato dos Comerciários de São Paulo, fazendo parte, inclusive, da Campanha Salarial 2012/2013.

Um dos pontos principais dessa alteração é a geração de novos empregos, uma vez que abriria opções de horários e turnos de trabalho. "Quando, em 1988, foi feita a mudança de 48 horas para 44 horas, já havia a discussão das 40 horas. Precisamos diminuir a jornada para incluir as pessoas que foram desempregadas pela globalização e pela tecnologia nos últimos 20 anos, que passam de 2 milhões", afirma Ricardo Patah, presidente do Sindicato e da União Geral dos Trabalhadores – UGT.

Em relação à qualificação, embora o objetivo dos cursos seja o aprimoramento profissional os comerciários devido a jornada de trabalho não encontram tempo para frequentá-los. "Se o comerciário tivesse mais tempo livre para se dedicar ao estudo e à profissionalização, o Brasil teria, consequentemente, uma população com altas taxas de escolaridade, além de trabalhadores cada vez mais especializados", ressalta Josimar de Andrade, diretor de Relações Sindicais da Entidade.

Sindicato realiza ato para alertar a sociedade sobre a necessidade de o comerciário ter mais tempo livre

Mais do que isso: a redução da jornada sem redução do salário é uma chance para que o comerciário torne-se mais consumidor, fazendo a economia girar. Se aumenta o consumo, aumenta a produção.

Com o objetivo de alertar a categoria, a sociedade e a opinião pública sobre esse tema, o Sindicato dos Comerciários realizou, em agosto, uma passeata pelas "40 HORAS – TÁ NA HORA" na rua 25 de Março, um dos principais pontos comerciais da capital paulista.

"Em nível nacional, a categoria do comércio é a que mais trabalha - chega a 56 horas semanais. A redução visa tornar menos exaustiva a jornada e ampliar o tempo que o comerciário poderá se dedicar ao lazer, à vida familiar e social", diz Patah.

Durante a manifestação, os comerciários saíram às portas das lojas para mostrar apoio à reivindicação. O discurso dos trabalhadores era unânime: é preciso ter mais tempo livre para viver melhor.

"Eu vivo para o trabalho. Minha casa é apenas um dormitório", reclama a comerciária Cássia.

Já Larissa diz que, além das horas de trabalho, perde muito tempo no deslocamento do emprego para a casa. "Faço faculdade, mas não consigo me dedicar o suficiente. Quando tenho um dia de folga, preciso cuidar do marido, da casa, fazer trabalho do curso ou, simplesmente, dormir. É pouco tempo para tanta coisa."

O jovem Cauê Martins sente falta de coisas básicas. "É tanto tempo dedicado ao trabalho que não consigo ver minha irmã, que mora comigo, acredita? Gostaria de ficar muito mais com a minha família, de curtir um fim de semana na praia ou no clube", desabafa o comerciário.

Paulo Guilherme também sente falta da família: "Queria acompanhar mais de per-

to o crescimento do meu filho. Fico muito pouco tempo com ele. Sem contar que meu sonho é fazer um curso de fotografia, mas que horas?".

Falando em curso, o trabalhador Ricardo faz um preparativo para o vestibular, mas também se queixa da falta de tempo. "Eu poderia me dedicar muito mais ao estudo."

"Trabalhamos horas demais por semana. Às vezes, passa de 50. Precisamos de mais tempo para nos dedicar à casa e à família, para poder estudar, resolver questões pessoais e descansar", resume o comerciário Diogo.

E Thiago complementa: "Para ter um bom serviço, é preciso ter um bom descanso".

É verdade. Um trabalhador descansado produz muito mais. Sem falar que a redução da jornada diminuiria, também, o número de acidentes de trabalho causados pelo cansaço. Um empregado disposto produzirá mais e estará mais atento.

Além disso, jornadas extensas – e intensas – podem acarretar doenças como estresse, depressão, hipertensão e lesão por esforços repetitivos, por exemplo.

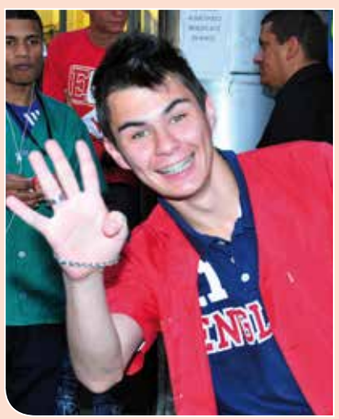
Outro ponto a ser considerado é que o comerciário precisa ter o controle sobre suas horas de trabalho e de folga para que possa organizar sua vida e dividir sua agenda entre emprego, família e lazer. Isso significa que o empregador deve consultar ou informar, com um mínimo de antecedência, o trabalhador sobre sua carga horária no fim de semana, no feriado, etc.

"Essa redução da jornada de 44 horas para 40 horas vai regulamentar também a questão do trabalho aos domingos. Na maioria das cidades do País, o domingo é considerado um dia comum. Em São Paulo, há os benefícios acordados em Convenção Coletiva, mas em outros locais do Brasil não é assim. O trabalho ao domingo é trocado apenas por uma folga, sem tíquete-alimentação ou vale-transporte a mais, por exemplo", alerta Josimar.

Vale lembrar que também estão na pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2012/2013 a regulamentação da profissão do comerciário e a unificação nacional do piso salarial dessa categoria. ■

"Para ter um bom serviço, precisamos ter um bom descanso"
THIAGO (na foto, atrás)

"Quando tenho folga, preciso cuidar do marido, da casa, fazer trabalho do curso ou, simplesmente, dormir."
LARISSA



"Trabalho tanto que não consigo ver minha irmã, que mora comigo"
CAUÊ

"Eu poderia me dedicar muito mais ao estudo."
RICARDO

"Meu sonho é fazer um curso de fotografia, mas que horas?"
PAULO

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo possui um Departamento Jurídico completo à disposição de seus associados. Composta pelos setores Individual, Coletivo, Falência, Família e Previdenciário, esta área visa orientar a classe comerciária e solucionar casos de rescisão contratual, licença, cálculos, benefícios, aposentadoria, entre outros.

CONFIRA.

SINDICATO NÃO DESISTE E CONQUISTA DIREITOS DE COMERCIÁRIA APÓS DEZ ANOS

Gisélia do Amor Divino Mota, de 43 anos, está no ramo da camisaria há 20, sendo que, de 1995 a 2001, trabalhou em uma única empresa, como auxiliar de venda.

Apesar da dedicação, a comerciária conta que não era devidamente recompensada. "O salário atrasava todos os meses. A condução, quando eu recebia, também era com atraso. Passei sete anos sem tirar férias e sem receber hora extra. E ainda descobri que meu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não estava sendo depositado."

Cansada de tanta injustiça, Gisélia foi embora da loja e, imediatamente, procurou o Sindicato dos Comerciários de São Paulo para correr atrás de seus direitos.

O Departamento Jurídico da Entidade logo entrou com uma ação, mas não estava fácil: a loja havia falido, o ex-chefe tinha falecido e a família não possuía recursos para pagar o que a empresa devia.

Dez anos se passaram e o Sindicato dos Comerciários persistiu no caso. Foram ações, audiências e retornos negativos até que, finalmente, a Justiça do Trabalho encontrou um imóvel do ex-patrão da comerciária.

O que isso significa? Que esse bem será vendido e Gisélia receberá, em 12 parcelas, todo o dinheiro a que tem direito pelos sete anos trabalhados na camisaria – sete anos de salário, férias, hora extra, FGTS e benefícios ligados ao empregado.

"O serviço do Sindicato foi fundamental. Já havia perdido a esperança de receber meu dinheiro. Que bom que a Entidade não desistiu", finaliza a comerciária.

DEPARTAMENTO JURÍDICO COLETIVO DEFENDE COMERCIÁRIOS E FAZ VALER CLÁUSULAS ACORDADAS EM CONVENÇÕES COLETIVAS

DOMINGOS E FERIADOS

Após denúncias de irregularidades, o Sindicato dos Comerciários convocou, separadamente, representantes do Sacolão Mooca, da Três Parelheiros Modas e da Su-Sil Modas para conversar.

As três empresas não estavam pagando de forma devida, acordada em Convenção Coletiva, as horas trabalhadas pelos comerciários aos domingos e feriados.

Depois de se reunirem com advogados da Entidade, as lojas comprometeram-se a regularizar com seus empregados as pendências referentes ao período de setembro de 2011 a julho de 2012.

FUNDO DE GARANTIA

Já a Microprecs Euros foi procurada pelo Departamento Jurídico Coletivo da Entidade Sindical para que regularizasse o recolhimento do INSS e do FGTS de seus comerciários.

A empresa cumpriu o acordado e resolveu a questão junto à Previdência Social.

HORA EXTRA

Outra irregularidade resolvida após interferência do Sindicato dos Comerciários de São Paulo foi na In-Nature Comércio de Vegetais.

De acordo com a Convenção Coletiva, a empresa deveria pagar aos empregados um adicional de 60% referente a horas extras. No entanto, a loja só estava pagando 50%.

Assim que recebeu a denúncia, o Departamento Jurídico Coletivo procurou a empresa que, então, regularizou a situação e apresentou o recibo do pagamento dos 10% de diferença.

JUNTOS, SOMOS MAIS FORTES.
Ligue: 2111–1818
denuncia@comerciarios.org.br

Bi-biiii!

Ei, você já SORRIU HOJE?

TRUPE DE PALHAÇOS BUSCA AMENIZAR ESTRESSE DO MOTORISTA PAULISTANO

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou em abril deste ano pesquisa que aponta que um a cada quatro moradores da cidade de São Paulo perde entre uma e duas horas no trânsito ao ir para o trabalho – sem contar o tempo de volta. Isso equivale a 400 horas por ano (a considerar cerca de 200 dias trabalhados), cerca de 17 dias.

Bem-humorados, atores voluntários têm 1 minuto para alegrar os motoristas

Motivos para se estressar? Sem dúvida! Mas há alguém interessado em recuperar e espalhar a calma e a alegria entre os paulistanos. Fazer o motorista esquecer o estresse do dia a dia e sorrir em pouco mais de um minuto – esta é a missão dos Psicólogos do Trânsito.

Trata-se de uma ONG, sem fins lucrativos, formada por um grupo de palhaços e voluntários que doam seu tempo na tentativa de humanizar o trânsito de São Paulo.

O palco é a faixa de pedestres. O espetáculo é composto por esquetes bem-humoradas e distribuição de flores e abraços. O tempo que o farol fica fechado é de um minuto e oito segundos – o suficiente!

"Passei por uma fase difícil na minha vida. Fiquei depressivo. Se alguém tivesse me feito rir naquele momento, talvez eu melhorasse mais rápido. Fazer uma pessoa dar risada pode ser a salvação do dia dela", diz Guilherme Brandão, fundador da organização, que trabalha também em um buffet.

Guilherme conta que nessa época começou a assistir a vídeos de autoajuda pela internet. Ficou muito emocionado quando viu o filme dos Doutores da Alegria e resolveu desenvolver seu próprio projeto.

Bastou uma madrugada, à base de muito café, para que Guilherme convencesse e já começasse a ensaiar as esquetes com os amigos Marcos Bordenalli e Thiago Velloso – este, comerciário. "Vamos nos vestir de palhaço e ir para a faixa de pedestres. Quero ver se ninguém vai rir!"

Dois anos depois, o grupo conta com 12 pessoas na diretoria e 42 voluntários – 70% deles foram abraçados no farol, se comoveram e quiseram participar do projeto.

Uma das abordagens dos palhaços é levantar uma placa com a pergunta: "Você já abraçou alguém hoje?". Neste momento, os voluntários se distribuem nos corredores entre os carros e abraçam os motoristas que toparem entrar na brincadeira.

"Escrevemos e mandamos abraços aos amigos diariamente por e-mail ou pelas redes sociais. Mas quando foi a última vez que você realmente ganhou um abraço, pessoalmente, aquele bem apertado?", questiona Thiago.

"Uma vez, uma senhora demonstrou que não queria ser abraçada. Respeitamos, claro. Mas eu perguntei se ela estava triste. A motorista contou que era seu aniversário e não tinha recebido nenhum parabéns. Para quê? Comecei a cantar 'Parabéns a Você', os voluntários acompanharam e, de repente, todos os motoristas haviam descido do carro para prestigiar a aniversariante", diverte-se Guilherme.

Outra tentativa de sensibilizar os motoristas é a chamada "Você já foi um sinal de esperança para alguém?". "Muitas vezes, estamos passando por situações difíceis e pedimos um 'sinal' ao céu. Se neste momento alguém te entrega uma flor, isso pode ser uma resposta, um sinal de Deus. É isso que fazemos: damos uma rosa ao motorista, com um cartão se identificando como 'o amor' e pedindo que ele repasse aquela flor a um desconhecido", conta Guilherme. "A intenção é espalhar o amor."

O comerciário Thiago ressalta que o trânsito é, muitas vezes, uma válvula de escape. "Você não pode xingar seu marido, mulher, seu chefe, filhos, mas acha que pode descontar todo seu problema num desconhecido na rua. E não é bem assim. Todos nós, sejamos comerciários ou de outra profissão, temos momentos melhores e piores. Por mais estressante que tenha sido seu dia no trabalho ou em qualquer questão, você não sabe como foi o dia do outro."

Antes de criar a ONG, Guilherme era bem estressado. Um dia, ao ser fechado no trânsito, seguiu o carro. "Comecei a xingar o motorista, que baixou o vidro e explicou que estava com pressa porque sua mãe estava internada. Me arrependi e pedi desculpa. A partir daí, comecei a repensar minhas atitudes de maneira geral."

Os Psicólogos do Trânsito – nome dado pelos próprios motoristas – se apresentam às segundas e sextas-feiras, das 19h às 22h, ou no cruzamento da Rua Henrique Schaumann com a Rua Teodoro Sampaio ou da Avenida Francisco Morato com a Rua João Saad. "O retorno é maravilhoso. Também temos nossos problemas, mas a troca de energia que acontece na faixa é revitalizante", finaliza Thiago.

Guilherme explica que para fazer parte do grupo "basta ter vontade, amor no coração e aparecer no farol ou entrar em contato pelo site **www.psicologosdotransito.org.br".**

A trupe de palhaços não pede nem aceita dinheiro nos faróis. A ONG sobrevive com doações de pessoas ou empresas que se engajam na causa e com a destinação de 20% do salário de cada integrante da diretoria – uma vez que todos têm uma profissão paralela.

Se esse trabalho é aplaudido pelos paulistanos? Claro! Em forma de muitas e barulhentas buzinas! ■

O PODER DO AÇO

É ELE QUE FAZ AS MÁQUINAS. SÃO AS MÁQUINAS QUE PRODUZEM TUDO

O aço faz parte do comércio. Aí você diz: "Mas eu nunca fui a uma loja e pedi um pedaço de aço". Engano seu!

"O aço está em tudo! No pé da mesa, no parafuso, na serra que cortou a madeira da cadeira, no carro, geladeira, computador e, acima de tudo, nas máquinas que constroem todo tipo de material", explica Gilson Santos Bertozzo, superintendente do Sindisider (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Produtos Siderúrgicos).

Produtos industrializados dependem de máquinas. Máquinas são feitas de aço. Logo, pode-se dizer que o principal setor consumidor desse material é o de equipamentos de bens industriais, que, na verdade, produzem todo o resto.

O aço está nos utensílios e eletrodomésticos, ferramentas, máquinas agrícolas, brinquedos, instrumentos musicais, materiais esportivos, edifícios, meios de transporte, pontes, portos... tudo!

Já na construção civil, especificamente, o uso desse material está crescendo a passos curtos no Brasil, segundo Bertozzo. "Essa é uma tendência para o século XXI. A obra com estruturas de aço é mais rápida, limpa (pois ele não deixa resíduos), ecologicamente correta (o material é 100% reciclável) e é possível fazer um planejamento e uma gestão mais certeiros. O custo é um dos empecilhos, mas a pessoa que quer construir precisa entender que vai pagar um pouco mais, mas que a obra ficará pronta em 6 meses."

Além disso, o superintendente lembra que a cultura do uso do aço deve começar na faculdade e nos cursos profissionalizantes. "É preciso capacitação, qualificação. Não dá mais para ensinar um aluno de arquitetura ou engenharia a construir uma casa de madeira. Não se pode cortar madeira! É uma questão de sustentabilidade."

No Brasil, há 6 mil distribuidoras de aço, que geram 100 mil empregos diretos. O Sindisider atua no País inteiro, mas, segundo seus dados, só a cidade de São Paulo ocupa 50% da distribuição do material. Mas é preciso ficar atento: "Nos últimos cinco anos, a importação do aço cresceu 112%. Internamente, o crescimento foi de apenas 2%. Ou seja, a venda cresceu muito com o aço contido em produto vindo de fora. Deve-se atentar para o perigo da desindustrialização. Lutar pela indústria nacional é lutar pela manutenção do emprego", alerta Bertozzo.

No que se refere à distribuição, o aço tem uma atividade peculiar. Ora é comercial: a empresa compra, estoca e vende. Nesse caso, que equivale a 80% das companhias, os profissionais são comerciários. Ora há empresas que, além de cortá-lo, dobram, soldam e fazem artigos como telhas. Os trabalhadores destas companhias, especificamente, são metalúrgicos.

A GGD Metals, por exemplo, é uma empresa que comercializa o aço. A grande maioria de seus empregados é associada ao Sindicato dos Comerciários de São Paulo. André Dias, diretor executivo da companhia, destaca a importância de eles conhecerem os benefícios que vão além da Convenção Coletiva. "A relação entre os comerciários e o Sindicato não precisa existir, necessariamente, só quando há alguma questão jurídica ou problema com a empresa. O Sindicato tem outras ferramentas de apoio e de serviço para oferecer, como lazer, médicos, cursos profissionalizantes etc."

O comerciário Erick Bini, também da GGD, conta que está contente por ser sócio da Entidade. "Precisei de médico para minha filha e consegui em apenas cinco dias. Fomos muito bem atendidos." Já Filipe Ferreira aproveitou outra vantagem de ser associado: "Fui com a minha família para o Clube de Campo de Cotia. Adoramos!". ■

Quando precisou de médico para sua filha, Erick (à direita com a família e à esquerda trabalhando) procurou o Sindicato e disse que foi muito bem atendido

QUER ENTRAR EM ACORDO EM VEZ DE ENTRAR NA JUSTIÇA?

ENTÃO, CONHEÇA A CINTEC!

FORMADA TAMBÉM PELO SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO, A INSTITUIÇÃO BUSCA SOLUCIONAR PROBLEMAS ENTRE TRABALHADOR E EMPREGADOR ANTES QUE ELES CHEGUEM AO JUDICIÁRIO

Resolver questões trabalhistas em menos tempo, com menor custo, sem precisar contatar a Justiça do Trabalho. Esse é o principal papel da CINTEC - SP (Câmara Intersindical de Conciliação Trabalhista do Comércio).

Muitas vezes, as diferenças entre patrão e funcionário podem ser solucionadas com base em uma simples conversa. Basta que ambas as partes estejam amparadas pela lei e tenham conhecimento de seus direitos e deveres.

Nesses casos, não é preciso entrar na Justiça, enfrentar a burocracia e esperar anos para chegar a um consenso. A CINTEC está apta a encontrar um ponto de acordo e fazer a chamada conciliação prévia.

Trata-se de uma instituição, com efeito legal, cuja missão é solucionar conflitos trabalhistas após a homologação. Ela foi criada para auxiliar a Justiça do Trabalho a diminuir a quantidade de processos e para agilizar a vida de quem trabalha em estabelecimentos comerciais.

COMO FUNCIONA?

A homologação é feita no Sindicato dos Comerciários e, se houver alguma diferença, é encaminhada para a CINTEC, que tem dez dias para atender a demanda. Ou seja, é muito mais rápido do que quando se entra na Justiça.

"O Sindicato me orientou a procurar a Cintec. Fui muito bem atendida pelos advogados de lá. Em menos de dois meses, estava tudo resolvido e recebi meu dinheiro."

Ângela Pereira de Sousa, comerciária

O atual sistema permite que as empresas de contabilidade se cadastrem no site da CINTEC (www.cintec-sp.com.br), que manda o pedido e cita a empresa por e-mail. A audiência, então, é feita em 48 horas, com a atuação dos conciliadores da CINTEC, representantes do empregado e do empregador.

Se não houver acordo, a questão vai para a Justiça do Trabalho, mas, em 12 anos de existência da instituição, nenhum caso deixou de ser fechado e cumprido.

A empresa não é obrigada a contratar um advogado, e o serviço é gratuito para o comerciário. Além disso, o que ficar acordado entre as partes terá valor extrajudicial. Em outras palavras, é uma decisão legal, mais rápida e menos onerosa.

A comerciária Ângela Pereira de Sousa, ao sair do antigo emprego, após 11 meses de trabalho, percebeu que estava sendo lesada na rescisão. "Fui, então, ao Sindicato dos Comerciários de São Paulo, que me orientou a procurar a CINTEC e entrar com uma ação reivindicando meus direitos."

Ângela conta que foi muito bem atendida pelos advogados da CINTEC, que explicaram a ela como funcionava o processo e a que ela tinha direito. "No primeiro momento, a loja não quis fechar acordo. Fui orientada a permanecer firme e os advogados reivindicaram o que era meu. Em menos de dois meses, estava tudo resolvido e recebi meu dinheiro."

A CINTEC é composta por dez sindicatos patronais, todos ligados diretamente à atividade comercial, mais o Sindicato dos Comerciários de São Paulo.

José Gonzaga da Cruz, vice-presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, e que foi um dos fundadores da CINTEC, em 2000, fala da importância da parceria entre as duas instituições: "Somos irmãs siamesas. Precisamos uns dos outros para facilitar a vida de todos. Os comerciários que precisarem, devem procurar essa entidade, pois lá vão conseguir uma conciliação com seu patrão de forma ágil e sem custo. Além disso, se tiver dinheiro para receber, isso acontecerá muito mais rápido do que se o processo for via Justiça".

Atualmente, a entidade é presidida por Ricardo Patah, presidente também do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e da União Geral dos Trabalhadores (UGT), e por Francisco Wagner de La Torre, também presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos no Estado de São Paulo (Sincopeças).

"Queremos que a CINTEC se torne viável operacionalmente, mas, para isso, é preciso haver fluxo. O que pedimos para o contador é que, na hora da homologação, oriente o comerciário a procurar a CINTEC", diz Francisco. ■

PRINCIPAIS COMPROMISSOS DA CINTEC

- ***Agilidade***: *os acordos são discutidos em até dez dias*
- ***Segurança***: *suas diretrizes são endossadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego*
- ***Efetividade***: *os acordos feitos na CINTEC têm valor extrajudicial*

CINTEC - SP

Tels.: (11) 3231-3221 / 3159-3238

www.cintec-sp.com.br

Sindicatos filiados à CINTEC

- Sindicato dos Comerciários de São Paulo
- Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas do Estado de São Paulo
- Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo
- Sindicato do Comércio Varejista de Materiais de Construção, Maquinismos, Ferragens, Tintas, Louças e Vidros da Grande São Paulo
- Sindicato do Comércio varejista de Materiais Elétricos e Aparelhos
- Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos no Estado de São Paulo
- Sindicato do Comércio Varejista de Veículos Automotores Usados no Estado de São Paulo
- Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos
- Sindicato dos Feirantes de São Paulo
- Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo
- Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Pneumáticos do Estado de São Paulo

OS ÍNDICES MEDEM A VARIAÇÃO DOS PREÇOS OU O CUSTO DE VIDA

Sempre ouvimos notícias do tipo "a inflação está acelerando no Brasil" ou "alimentação pesa e custo de vida sobe" e ainda "reajuste nos contratos de aluguel tem alta em agosto de 1,43%". Notícias comuns que muitas vezes são movidas pela alta ou baixa da inflação que, por sua vez, é medida de acordo com os índices devidos. Mas o que são esses índices e como são definidos?

Participantes ativos da vida do trabalhador, os índices de inflação são usados para medir a variação de preços, o impacto no mercado e no custo de vida da população. Além da abrangência territorial, a diferença entre eles está, principalmente, nos produtos que incluem, no público que é afetado pela variação, nos dias que são apurados e divulgados e no órgão que realiza a pesquisa.

Então a inflação é aferida por diversos índices e os mais conhecidos são medidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe-USP).

INPC

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) é medido pelo IBGE. Orienta diversas negociações por reajustes de salários dos trabalhadores pelo País.

Criado desde setembro de 1979, é calculado entre os dias 1º e 30 de cada mês tendo como base os preços das 11 regiões metropolitanas com maior produção econômica, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, além do Distrito Federal e do município de Goiânia. Tem como objetivo medir a variação nos preços no mercado varejista, mostrando, assim, o aumento do custo de vida da população.

O Índice trabalha com uma faixa salarial mais baixa, utilizando as famílias com rendimento de 1 a 5 salários mínimos, devido a alteração de preços de serviços e produtos mais básicos ser mais sentido neste grupo.

São considerados nove grupos de produtos e serviços: alimentação e bebidas, artigos de residência, comunicação, despesas pessoais, educação, habitação, saúde e cuidados pessoais, transportes e vestuário. Eles são subdivididos em outros itens. Ao todo, são consideradas as variações de preços de 465 subitens.

IPCA

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), também elaborado mensalmente pelo IBGE, foi criado em 1991 com o objetivo de oferecer a variação dos preços no comércio para o público final. É o índice oficial escolhido pelo governo para verificar se a meta de inflação está sendo cumprida.

Com metodologia semelhante ao INPC, uma das diferenças está nas faixas de rendimentos das famílias pesquisadas, pois o IPCA mede famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos que residem nas mesmas 11 regiões metropolitanas utilizadas pelo INPC.

A pesquisa é realizada entre o 1º e o último dia do mês, utilizando para sua composição de cálculo os seguintes grupos: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, domicílios (para verificar valores de aluguel) e concessionárias de serviços públicos.

Podemos dizer que os índices, tanto o INPC quanto o IPCA, caminham juntos, pois são divulgados ao mesmo tempo pelo IBGE.

ICV

Uma das notícias que os paulistanos estão acostumados a ouvir é sobre a "alta no custo de vida". Mas como é analisado ou medido esse tal custo de vida?

Para a cidade de São Paulo a variação do custo de vida das famílias com renda de 1 a 30 salários mínimos é medida pelo Índice de Custo de Vida (ICV) elaborado pelo DIEESE.

O Índice é utilizado desde 1959 e foi criado pelo movimento sindical brasileiro para contrapor os dados oficiais do Governo que camuflavam a elevação dos preços.

Uma das principais características do ICV é a possibilidade de se verificar os impactos das alterações de preços de cada item entre famílias mais pobres e mais ricas. Analisando-se três faixas de renda familiar, o índice aponta, por exemplo, que se o aumento de preços se concentrar no grupo de alimentação, impacta mais as famílias de menor renda, pois estas gastam maior proporção de seu orçamento com este consumo. Assim como a educação impacta mais as famílias de maior renda, pois gastam mais com livros, por exemplo, do que as famílias de menor renda.

O Índice é utilizado para medir o custo de vida da família utilizando os seguintes grupos: alimentação, habitação, equipamentos domésticos, transportes, vestuários, educação e leitura, saúde, recreação, despesas pessoais e despesas diversas.

IGP-M

O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, nasceu nos anos 1940 como uma medida que englobasse a movimentação de preços incluindo as diferentes atividades e o processo produtivo.

O cálculo do IGP-M é formado pelos percentuais do Índice de Preços por Atacado - Mercado (IPA-M), pelo Índice de Preço ao Consumidor - Mercado (IPC-M), e o Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), com pesos de 60%, 30% e 10%, respectivamente. A pesquisa de preço é realizada entre o dia 21 do mês anterior e o dia 20 do mês atual.

Esses índices medem itens como bens de consumo (um exemplo é alimentação) e bens de produção (matérias-primas, materiais de construção, entre outros). Entram, além de outros componentes, os preços de legumes e frutas, bebidas e fumo, remédios, embalagens, aluguel, condomínio, empregada doméstica, transportes, educação, leitura e recreação, vestuário e despesas diversas (cartório, loteria, correio, mensalidade de internet, cigarro, entre outros).

O IGP-M abrange toda a população, sem restrição de nível de renda. E é muito utilizado nos reajustes de contratos de aluguel, reajustes de tarifas públicas e planos e seguros de saúde. ■

O SINDICATO É O PIONEIRO NA LUTA PELA IGUALDADE DE OPORTUNIDADE NO MERCADO DE TRABALHO PARA OS NÃO BRANCOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Em defesa da INCLUSÃO DO TRABALHADOR COM DEFICIÊNCIA

A Entidade abre suas portas para as discussões sobre a inclusão, o combate ao preconceito e à discriminação do trabalhador com deficiência, por meio de sua Secretaria da Diversidade. Em maio e julho, grandes eventos marcaram o fortalecimento da luta no processo de transformação social em direito ao respeito e integração pelas diferenças.

HOMENAGEM ÀS MULHERES

Em maio, mês em que se comemorou o Dia das Mães, o Sindicato recebeu em sua Sede a psicopedagoga, escritora e cadeirante Tatiana Rolim, que ministrou palestra em homenagem às mulheres com o tema: MÃE COMERCIÁRIA, MULHERES GUERREIRAS. HÁ LIMITES PARA SONHAR? Com sua experiência de vida pessoal, Tatiana mostrou o quanto é importante se superar, vencer suas deficiências, para romper os paradigmas do preconceito. E ainda explicou que a deficiência faz parte da vida de todo o ser humano, porque um dia todos vão envelhecer e as limitações virão com o tempo.

LANÇAMENTO DA CARTILHA

Em 19 de julho, o Sindicato, em parceria com a ONG Espaço Cidadania, lançou a cartilha "O Trabalhador com Deficiência - Inclusão pela Lei de Cotas", na sede nacional da União Geral dos Trabalhadores – UGT.

A cartilha é um conjunto de informações que explica desde a Legislação, acessibilidade, preconceito até o esclarecimento de dúvidas sobre o cumprimento da Lei de Cotas. Seu conteúdo é dirigido para todos os trabalhadores, sejam deficientes ou não, e para o empresariado, para que ele aprenda a conhecer as diferenças e, por meio delas, promova a inclusão.

A publicação também está acessível às pessoas com deficiência visual. Por meio da parceria com o SENAI, os textos da cartilha foram transcritos em braile e áudio.

Este evento fez parte das comemorações aos 21 anos da Lei de Cotas para pessoas com deficiência.

Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciários e da União Geral dos Trabalhadores-UGT, e Cleonice Caetano Souza,diretora de Assistência Social e Previdência do Sindicato, no lançamento da Cartilha "O Trabalhador com Deficiência"

Tatiana Rolim ministrou palestra em homenagem às mulheres

ATO PÚBLICO

Em 24 de julho, o Sindicato e a UGT, em parceria com entidades do movimento social, convocaram um ato público no Pátio do Colégio – no Centro de São Paulo.

No momento em que a Lei de Cotas completa sua maioridade, as comemorações colocam em reflexão o que foi feito até agora. Embora seja um instrumento muito importante de acesso e de luta para a inclusão, os manifestantes explicam que é preciso avançar mais e lutar para que as empresas passem a contratar sem a necessidade da Lei, mas por entendimento da necessidade de se resgatar a cidadania junto às pessoas com deficiência.

Na cidade de São Paulo, são previstas em Lei cerca de 266 mil vagas para pessoas com algum tipo de deficiência. Dessas, apenas 126 mil estão ocupadas, restando mais da metade, cerca de 139 mil, para serem preenchidas, segundo os resultados da Ação Fiscal 2001 a 2010 da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

Dois dos principais fatores responsáveis pelo número de vagas ociosas são a alegação feita por parte do empresariado da falta de qualificação e a necessidade de investimento em mobilidade.

Para o Sindicato não faltam pessoas qualificadas, mas sim empresas que tenham sensibilidade e acessibilidade para receber o trabalhador com deficiência. O preconceito ainda impede o acesso ao emprego, e para enfrentá-lo é necessário conscientizar as empresas para melhorar a qualidade das relações do trabalho e valorizar a diversidade. ■

À direita, Cremilda Bastos Cravo, diretora do Sindicato, no evento em homenagem aos 21 anos da Lei de Cotas para o deficiente. Abaixo, convidados se reúnem na Sede da UGT para lançamento da Cartilha "O Trabalhador com Deficiência"

Você conhece o seu HOLERITE?

SE VOCÊ ESPERA ANSIOSAMENTE SEU SALÁRIO, MAS QUANDO PEGA SEU HOLERITE NEM SE PREOCUPA COM O QUE CONSTA NELE, ESTÁ NA HORA DE ENTENDER COM DETALHE AS INFORMAÇÕES QUE MEXEM COM O VALOR BRUTO DO SEU PAGAMENTO

O termo deriva do nome de Herman Hollerith, empresário norte-americano que, a partir do final do século XIX, impulsionou o uso de máquinas leitoras de cartões perfurados. Um dos fundadores da conhecida IBM, foi o precursor do processamento de dados em massa na época.

Independentemente do nome, este documento é um demonstrativo, recibo ou comprovante de pagamento para o trabalhador do setor privado ou público, contendo o nome da empresa, o nome do trabalhador e o detalhamento de todos os vencimentos e descontos referentes ao mês trabalhado. Neste documento são demonstrados, também, plano de aposentadoria, contribuições previdenciárias, seguros ou contribuições retiradas do montante bruto para chegar ao valor líquido da remuneração.

Destaca-se o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que é obrigatoriamente depositado no dia 7 de cada mês.

Além de ser um documento que o empregado recebe comprovando que a operação de depósito foi concluída, o recibo de pagamento de cada funcionário é uma parcela individual que consiste na formação da folha de pagamento de uma empresa.

CONHECENDO MAIS SEU HOLERITE

Se você não sabe ou não entende exatamente as informações nele contidas, veja:

1 - DESCRIÇÃO
Aqui são descritos todos os itens do comprovante.

2 - REFERÊNCIA (HORA/DIAS)
Quantia ou quantidade de dias e horas para calcular os descontos ou acréscimos.

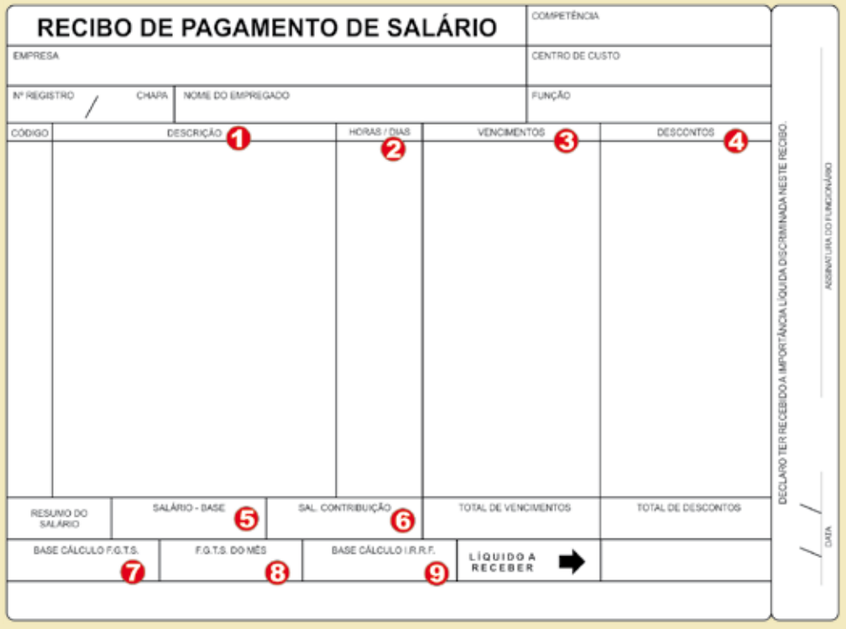
3 - VENCIMENTOS
São todos os valores devidos ao empregado. A forma de cálculo pode variar de acordo com a convenção coletiva. E à soma de todos os vencimentos é dado o nome de salário bruto.

4 - DESCONTOS
São listados os valores a serem deduzidos do salário bruto. São descontados adiantamentos, exigências da lei, exigências de convenção coletiva e acordos entre o empregado e o empregador. Quando calculamos a diferença entre o salário bruto e o total de descontos, obtemos o valor do salário líquido ou líquido a receber.

5 - SALÁRIO-BASE
Considerado o salário contratual ou piso.

6 - SALÁRIO-CONTRIBUIÇÃO
Considerados a soma de todos os vencimentos. Exemplo: salário + horas extras + prêmios etc.

7 - BASE CÁLCULO FGTS
O valor do FGTS é a soma dos vencimentos menos faltas e atrasos do mês. Sobre o valor líquido a empresa recolhe 8% do FGTS e deposita na conta do funcionário na Caixa Economica Federal - CEF. O valor recolhido não é fixo, depende do total de vencimentos para aquele mês.



8 - FGTS DO MÊS
O valor que será recolhido no mês seguinte, todo dia 7.

9 - BASE CÁLCULO IRRF
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte - é a soma dos vencimentos menos faltas, atrasos e pensão alimentícia. O Imposto é retido pela fonte pagadora com base na soma dos vencimentos no mês. ■

ANTONIO CARLOS ARRUDA DA SILVA
é Coordenador de Políticas para a População Negra e Indígena da Secretaria da Justiça de São Paulo

São Paulo Contra o Racismo

O Programa São Paulo Contra o Racismo da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania visa aplicar uma norma jurídica ainda exclusiva no Estado de São Paulo, a Lei 14.187/2010, que pune com sanção administrativa o estabelecimento onde ocorra um ato de discriminação racial ou étnica.

Diferentemente do que acontece com a lei penal, onde a tipificação do delito se dá com a acusação pessoal do executor do delito, essa lei responsabiliza o verdadeiro culpado pela discriminação, que, na maioria das vezes, se dá por ação ou por omissão no exercício de uma determinada atividade. Entendamos o que é isso.

Nas relações de consumo, que representam a maior parte das denúncias, ouvimos constantes relatos de pessoas que são discriminadas em razão da sua cor ou etnia. Repercutiu fortemente na mídia o caso do restaurante paulistano onde um menino negro de apenas 10 anos foi colocado na rua enquanto seus pais adotivos se serviam no bufê.

Quem está respondendo criminalmente pelo ato criminoso é o garçom que certamente cumpria ordens expressas ou veladas de que pessoas com determinada aparência não poderiam frequentar aquele estabelecimento. Não é o único, temos um caso idêntico em um supermercado em Pinheiros, categoria de estabelecimento onde mais acontecem atos de discriminação, além de shoppings e lojas onde, quase sempre, o processado na área penal é o empregado, que, repito, "paga a conta" pela ação deliberada ou subentendida do patrão.

Com a aplicação dessa lei, não! O objeto do processo de discriminação racial será o estabelecimento, que, ao final do processo, receberá uma pena de multa que pode chegar a 9.000 UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), que em 2012 corresponde a R$ 165.960,00 e, em caso de dobrada reincidência, a pena de cassação da licença estadual de funcionamento.

O objetivo do Programa São Paulo Contra o Racismo não é punir estabelecimentos com multas e muito menos fechá-los, porém, no maior Estado do País, onde 35% da população é negra, a maior em números absolutos do Brasil[1], seria inaceitável não adotar uma política pública de superação dessa desigualdade e, mais grave, continuar punindo aqueles que muitas vezes, especialmente no exercício da sua atividade profissional, são vítimas desse mito da igualdade racial que ainda permeia a nossa sociedade e acabam sendo acusados pelos crimes de racismo ou injúria racial.

O São Paulo Contra o Racismo é mais do que um aplicador de penalidades, reconhece a necessidade do diálogo e espera que antes de aplicar sanções e antagonismos possa promover a sensibilização de quem atua diariamente na relação com o público consumidor, seja ele de produtos ou de serviços, e capacita os empresários e seus comandados diretos para o respeito à dignidade humana, construindo uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. ■

(1) 51% da população brasileira e 34,5% dos paulistas se autodeclaram negros, de acordo com o censo 2010 – fonte IBGE

Trabalhador terá que fazer curso para receber o SEGURO-DESEMPREGO

QUALIFICAÇÃO PODE SER OBRIGATÓRIA PARA QUEM SOLICITAR O BENEFÍCIO

Agora os trabalhadores que tenham solicitado o seguro-desemprego mais de duas vezes nos últimos 10 anos deverão realizar cursos profissionalizantes gratuitos para receber o benefício. A pessoa que não se matricular ou desistir das aulas perderá o direito à ajuda financeira.

A nova regra foi adotada pela prefeitura de São Paulo com base no Decreto 7.721, de 16 de abril deste ano. A medida faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego – Pronatec, e valerá para os casos em que não houver oportunidade de trabalho compatível com o perfil do desempregado.

Os cursos serão disponibilizados no ato de requerimento do seguro. A pré-matrícula poderá ser efetivada na própria unidade do Centro de Atendimento ao Trabalhador - CEAT, que fica na Sede do Sindicato, Rua Formosa, 99, próximo à estação de metrô Anhangabaú.

O comerciário Sergio de Brito Martins viu a oportunidade de fazer um novo curso de qualificação e com ele ter outras possibilidades para entrar no mercado de trabalho. "Sempre quis fazer um curso, mas minhas condições financeiras não deixavam. Vou agarrar a oportunidade", explicou. Sergio começou o curso em novembro e terá aproximadamente dois meses para usufruir das aulas de auxiliar de administração realizadas no Senac.

Segundo a coordenadora do CEAT unidade do Sindicato, Patrícia Alegre, o trabalhador pode escolher outro curso, caso não tenha capacitação na sua função. "Isso é um caso comum de acontecer. O trabalhador opta por outra área para aumentar as chances de conseguir uma vaga de trabalho", explica.

Para a realização dos cursos, os participantes irão receber auxílio-alimentação, transporte e material didático. As capacitações oferecidas possuem carga horária mínima de 160 horas, sendo quatro horas diárias, em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

De acordo com a prefeitura de São Paulo, os cursos só poderão ser recusados caso não haja capacitação para a função do beneficiário, se for a primeira vez do pedido, se o beneficiário estiver recebendo a última parcela do seguro, se estiver realizando outro curso reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC com a mesma carga horária ou superior à oferecida e se o candidato estiver participando de processo seletivo de emprego. Ou ainda, caso não haja um curso na cidade onde reside, a concessão do seguro deixa de ficar condicionada à realização da qualificação. Nesse caso, o trabalhador poderá receber o benefício normalmente, sem a necessidade de comprovação de matrícula. ■

Sergio de Brito preencheu sua matrícula no CEAT, unidade do Sindicato dos Comerciários

AO FAZER A HOMOLOGAÇÃO, O COMERCIÁRIO PODERÁ EFETUAR A PRÉ-MATRÍCULA NA PRÓPRIA UNIDADE DO CEAT (Centro de Atendimento ao Trabalhador), QUE FICA NA SEDE DO SINDICATO

TERCEIRIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA:

velhos e novos desafios para o movimento sindical brasileiro

Embora a terceirização não seja um fenômeno recente na história do Brasil, sua adoção como forma de contratação foi disseminada e intensificada ao longo das últimas três décadas. O tema ganhou destaque na agenda de governos, trabalhadores e empresários e tornou-se objeto de inúmeras análises.

A terceirização é definida como um processo pelo qual a empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores diretamente contratados por ela e as transfere para outra empresa.

Se para as empresas o processo de terceirização significa obter ganhos com a redução nos custos e a possibilidade de concentrar seus investimentos nas atividades principais, para os trabalhadores a história é diferente. Com a transferência de setores da empresa principal para empresas prestadoras de serviços, os trabalhadores veem-se sujeitos a inúmeros riscos, como a perda do emprego, redução de salários e precarização das condições de trabalho.

No Brasil, a terceirização representa um sério problema para os trabalhadores, por esta razão, este tem sido um dos temas principais das negociações coletivas de trabalho nos últimos anos.

A NEGOCIAÇÃO COLETIVA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Aproximadamente 34% de 217 convenções e acordos coletivos de trabalho analisados apresentaram alguma cláusula sobre terceirização, entre 2005 e 2009, segundo estudo divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, em julho de 2012.

Por setor de atividade, as maiores proporções de cláusulas que abordavam a terceirização foram observadas no setor industrial e rural (40%, aproximadamente), seguido por serviços (27%) e comércio (19%). ***(GRÁFICO)***

Sobre os temas identificados, em síntese, mais de 75% das negociações analisadas que tratam da terceirização buscaram normatizar a contratação de empresas terceiras. Pouco menos de 30% previam garantias aos trabalhadores terceirizados e cerca de 20% mencionavam o envolvimento de entidades sindicais representativas de trabalhadores em processo desse tipo.

O destaque fica para algumas tentativas de reversão do processo de terceirização por meio da negociação coletiva, seja pela restrição a novas terceirizações, seja pela abertura de concurso ou até mesmo pela decisão de redução do contingente terceirizado na empresa. Do ponto de vista da ação sindical, esses resultados são extremamente positivos e confirmam a importância dada ao tema nas pautas de negociações coletivas de trabalho no Brasil, principalmente ao longo da última década.

Em exposição feita pelo DIEESE na audiência promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho, ressaltou-se que o Brasil só poderá ser considerado desenvolvido quando acabar com a desigualdade, inclusive a provocada pela terceirização, que criou uma espécie de trabalhador de segunda categoria, com menos direitos, menos saúde e segurança. ■

ALGUNS DOS POSSÍVEIS EFEITOS DA TERCEIRIZAÇÃO SOBRE OS TRABALHADORES:

- **Condições de trabalho:**
  - Piores condições ambientais, de saúde e de segurança no trabalho;
  - Jornadas de trabalho mais extensas;
  - Maior grau de desqualificação profissional;
  - Trabalho sobre maior pressão;
  - Rotatividade.
- **Representação dos trabalhadores terceirizados:**
  - Dificuldades em relação à representação sindical;
  - Dificuldades de organização dos trabalhadores;
  - Dificuldades em relação à reivindicações por melhores condições de trabalho e ampliação de direitos.
- **Contratação:**
  - Contratações ilegais: sem registro em carteira;
  - Redução de benefícios sociais;
  - Redução de salários;
  - Diminuição da parte fixa dos rendimentos e ampliação da parte variável.
  O Estado abre mão de investir na contratação e formação de servidores.

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DO COMERCIÁRIO É APROVADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Momento histórico para comerciários brasileiros que lutam há anos pelo reconhecimento da categoria como profissão

O dia 14/11/12 vai ficar na história dos comerciários da cidade de São Paulo e do País: após quatro anos de luta árdua, com idas e vindas de Brasília, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3592/12, que regulamenta a profissão de comerciário, uma reivindicação histórica da categoria.

Com a regulamentação, 10 milhões de comerciários brasileiros, sendo 450 mil trabalhadores da capital, serão beneficiados. A atividade deixa de ser uma função para se transformar em profissão.

"A regulamentação da profissão significa o reconhecimento, a valorização e maior garantia

de direitos. Devemos e merecemos comemorar", explica Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e da União Geral dos Trabalhadores – UGT.

O QUE MUDA?

Garantias de jornada de trabalho diária fixada em 8 horas, e semanal de 44 horas, podendo ser alterada em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

A regulamentação estabelece também a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos de revezamento, ficando vedada a utilização do comerciário em mais de um turno de trabalho, à exceção do que for determinado por meio de negociação coletiva de trabalho.

O piso salarial será fixado em convenção coletiva, nos termos já estabelecidos na Constituição.

E mais: o texto fixa formalmente o Dia do Comerciário, a ser comemorado em 30 de outubro de cada ano. Além disso, traz um anexo com a descrição dos diferentes tipos de atividades no comércio varejista e atacadista.

PROJETO DE LEI

Os projetos de regulamentação da profissão foram apresentados no Senado em março de 2007 pelos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS), mas para que fossem aprovados houve algumas mudanças. O texto substitutivo do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) foi oferecido como alternativa ao Projeto de Lei PLS 115/07, construído em comum acordo com o autor da proposta original, senador Paulo Paim (PT-RS), e com representantes patronais e trabalhadores do setor.

TRAMITAÇÃO

Com aprovação do parecer conclusivo na CCJ, a matéria retorna ao Senado para análise das emendas de mérito aprovadas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, oferecidas pelo relator, deputado Eudes Xavier (PT-CE).

No Senado, Casa de origem da proposta, caberá a aprovação ou rejeição das emendas da Câmara. Em seguida, a matéria será enviada à sanção presidencial.

HISTÓRICO

O texto já foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados por unanimidade; pelo Senado Federal; pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara e agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. ■

Deputado Ademir Camilo, Deputado Roberto Santiago, Presidente do Sindicato Ricardo Patah e Deputado Ricardo Berzoini

VITÓRIA DOS COMERCIÁRIOS

"Hoje é um dia maravilhoso, histórico: o reconhecimento da categoria que mais trabalha, dos 10 milhões de mulheres e homens comerciários que sustentam o Brasil. Após muita mobilização e luta, finalmente podemos comemorar essa importante vitória da inclusão e da cidadania. Viva os comerciários do Brasil!"

Ricardo Patah,
presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo

"Um dos principais marcos dessa conquista é a regulamentação da jornada de trabalho. Hoje, o comerciário trabalha 60, 70 horas. Conseguiremos assegurar que sejam 44 horas e que alterações só possam ser feitas a partir de negociações coletivas. É um grande presente para a família comerciária neste final de ano!"

Levi Fernandes Pinto,
presidente da CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio)

"É um dia histórico para os comerciários do Brasil. Há mais de 10 anos estamos lutando por essa regulamentação da profissão. A partir de agora, nós, comerciários, sentiremos orgulho por ter nossa profissão regulamentada. Agora, nós, dirigentes temos a responsabilidade de trazer cada vez mais benefícios para a categoria"

Luiz Carlos Motta,
presidente da Fecomerciários

"A regulamentação de uma profissão tão importante e tão numerosa quanto a dos comerciários é fundamental para que se possa ter uma base legal que estabeleça condições fundamentais para a categoria"

Ricardo Berzoini,
deputado federal (PT)

"Essa lei é muito importante para o comerciário de todo o Brasil. Ela traz grandes avanços para a categoria. Nós temos certeza que cada vez mais os representantes dos comerciários vão sair fortalecidos e isso vai trazer grandes direitos para os trabalhadores no futuro"

Rodrigo Grilo,
deputado federal (PSL)

ROTATIVIDADE:

trabalhadores são demitidos sem razão e voltam para o fim da fila em busca de emprego, geralmente com salário menor

ENTENDA COMO ESSE PROCESSO FUNCIONA E POR QUE O SINDICATO QUER DIMINUÍ-LO

Chama-se rotatividade no mercado de trabalho o movimento de entrada e saída do empregado, o ato de demitir um e contratar outro, a demissão seguida da admissão, a substituição de um trabalhador por outro - geralmente com salário mais baixo.

Alguns dos principais motivos dessa movimentação são a falta de investimento na qualificação profissional, a busca por melhores salários e a redução de custos por parte do empresário.

E algumas das principais consequências são a instabilidade no emprego, o rebaixamento dos salários, a dificuldade de aprimoramento profissional e uma maior demanda pelo seguro-desemprego e pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

RUIM PARA TODOS

Trata-se de um fenômeno ruim, que gera insegurança aos trabalhadores. No caso do comerciário, especificamente, fica complicado investir em um aperfeiçoamento profissional, por exemplo, achando que será dispensado a qualquer momento.

O estabelecimento também sai perdendo, uma vez que troca um profissional experiente, adaptado ao serviço, por um novato. Geralmente, a permanência no mesmo emprego traz qualidade e, consequentemente, aumenta a produtividade. Mas, muitas vezes, o empregador julga estar ganhando, pois contrata o novo comerciário por um salário menor.

"Nos últimos anos, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo conquistou na Convenção Coletiva aumentos reais, acima da inflação, fato que levou muitos empresários a demitirem os comerciários para contratar com salários mais baixos", diz Ricardo Patah, presidente da Entidade.

Já o prejuízo à economia como um todo é ver recursos que poderiam ser investidos em outras áreas serem consumidos por políticas passivas de emprego. "A alta rotatividade expressa demanda potencial ao seguro-desemprego e ao FGTS", explica Patah.

DESAFIO

Embora o setor do comércio seja o que mais cria postos de trabalho, é também o que mais demite.

Baixar as taxas de rotatividade nessa área é um dos maiores desafios das políticas públicas voltadas ao trabalho no Brasil.

A demissão no País é um processo bastante facilitado, considerando, principalmente, a flexibilidade contratual. Quanto mais flexíveis as regras e mais informais os vínculos empregatícios, mais o empregador se beneficia da oferta de mão de obra, reduzindo os benefícios e seus custos.

Segundo Ricardo Patah (foto), foram realizadas cerca de 113 mil homologações no Sindicato em 2011

Aqui, não é necessário haver uma razão que justifique uma demissão. Por isso o Sindicato dos Comerciários de São Paulo luta para que seja adotada a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Tal Convenção defende a garantia do emprego contra a dispensa sem motivo. Em síntese, ela proíbe a demissão de um trabalhador, "a menos que exista para isso uma causa justificada, relacionada com sua capacidade ou seu comportamento, ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço".

Para se ter uma ideia, em 2011, foram realizadas cerca de 113 mil homologações no Sindicato, sendo que aproximadamente 90% dos homologados foram demitidos sem justa causa.

"As dispensas não podem ser tão volúveis. Os trabalhadores estão sendo igualados a custos e despesas, e trocados como se fossem mercadorias", desabafa Patah.

NÚMEROS

Um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontou que a rotatividade da mão de obra no Brasil chegou a 53,8% em 2010. Desconsiderando os desligamentos a pedido do trabalhador, por aposentadoria ou falecimento, a taxa chegou a 37,28% - bastante alta.

Falando especificamente de São Paulo, o estudo Emprego e Salário no Comércio Varejista – Região Metropolitana de São Paulo, realizado em junho de 2012 pela Federação do Comércio de Bens e Serviços (Fecomercio), aponta que a rotatividade no comércio em geral ficou em 4,6% no primeiro semestre deste ano.

Só no mês de agosto, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo realizou o maior número de homologações mensais do ano: 11.648, num universo de 450 mil comerciários na base. No total, do início de 2012 até agosto, foram cerca de 78 mil.

"A substituição de mão de obra virou uma marca do comércio. Precisamos reverter isso", diz Patah.

A LUTA

Visando combater a alta rotatividade no mercado de trabalho e evitar que o governo promova mudanças no seguro-desemprego e no abono salarial, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), também presidida por Ricardo Patah, ao lado de outras cinco centrais sindicais, solicitou audiência para apresentar ao governo federal um conjunto de propostas.

Representantes de centrais sindicais querem apresentar ao governo propostas para combater a alta rotatividade

São as centrais: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Nova Central e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Entre as propostas está a criação de um fundo garantidor. Trata-se de um modelo que funciona hoje na Alemanha. Lá, quando surgem dificuldades econômicas, as empresas alemãs reduzem a jornada de trabalho ou interrompem totalmente a produção, e os salários dos trabalhadores são custeados por esse fundo. Aqui, o fundo seria financiado pelo repasse do adicional de 10% da multa sobre o saldo do FGTS e gerido pelo governo, centrais sindicais e empresários. Em momentos de crise, as empresas em dificuldades recorreriam a esse fundo.

Outra proposta é dar preferência em licitações a empresas que apresentem baixa taxa de rotatividade de trabalhadores.

A organização por local de trabalho, de forma que conflitos internos sejam resolvidos dentro da própria empresa, também é uma das propostas das centrais sindicais.

Ratificar a Convenção 158, da OIT, conforme já citado, é outra possível solução para a diminuição da rotatividade no mercado de trabalho.

Da mesma forma, a regulamentação do parágrafo 4 do artigo 239 é mais uma ideia. Diz o documento: "O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei".

Outra solução sugerida pelas centrais é a existência de um projeto de lei que regulamente a demissão no Brasil com proibição de dispensa de grávidas, trabalhadores próximos à data da aposentadoria, entre outros.

"A rotatividade é uma questão que fragiliza demais as relações de trabalho. Os patrões querem contratar empregados por salários mais baixos, mas não enxergam o quanto essa questão altera a economia como um todo, mexendo com trabalhadores, consumidores, governo e a sociedade em geral. Muito mais do que dificultar o processo de demissão, é preciso valorizar o trabalhador brasileiro", finaliza Ricardo Patah.

VIDA REAL

A COMERCIÁRIA MÁRCIA ROBERTA DE MATOS, DE 32 ANOS, VIVEU A ROTATIVIDADE "NA PELE". EM POUCO MAIS DE UM ANO (ENTRE MAIO DE 2011 E SETEMBRO DE 2012), A TRABALHADORA FOI DEMITIDA DE TRÊS EMPREGOS DIFERENTES - TODOS NO SETOR DE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA. NENHUMA DAS DEMISSÕES FOI POR JUSTA CAUSA. "TODAS AS LOJAS ALEGARAM ALCANCE DE META, MAS, NA VERDADE, SEMPRE QUE EU CONSEGUIA CONSTRUIR UMA CARTEIRA DE CLIENTES, EU ERA DEMITIDA E DEIXAVA OS CONTATOS PARA A EMPRESA", DIZ MÁRCIA. ■

Cooperativas de Trabalho

ALMIR PAZZIANOTTO
é advogado, foi Ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho, aposentado

Os sindicatos de trabalhadores, de maneira geral, devem ter se surpreendido com a Lei nº 12.690, de 19 de julho deste ano, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às cooperativas dessa natureza.

A surpresa decorre do fato de, até então, esta modalidade de cooperativa sofrer duro combate do Ministério do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, bem como dos sindicatos profissionais, sob a acusação de servir de instrumento da precarização das relações de trabalho, subtraindo, dos empregados, valiosos direitos trabalhistas. Desde 1994, quando a Lei nº 8.949 acrescentou parágrafo único ao art. 442, que prescreve inexistir relação de emprego entre cooperados e contratantes de cooperativas para terceirização de serviços, a rejeição das cooperativas de trabalho mostrou-se cada vez mais intensa, a ponto de fazê-las quase desaparecer.

A Lei nº 12.690 tem como meta reduzir o custo da mão de obra, mediante a desoneração da folha de salários. As perdas impostas aos trabalhadores são evidentes, e atingem, por exemplo, os depósitos do FGTS, o 13º salário, as férias anuais. Desaparecem, por outro lado, limites encontrados no Enunciado 331 do TST, eis que a contratação de terceiros prestadores de serviços tornou-se aceita para quaisquer serviços, especializados ou não, mesmo nas ditas atividades-fim.

Cooperativas agrícolas de produção, crédito, consumo, sempre tivemos. Raras, todavia, são as autênticas cooperativas de trabalho, em virtude de obstáculos encontrados na legislação do trabalho. Empregado, na definição do art. 3º da CLT, é quem presta serviços não eventuais a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. Dependência equivale à subordinação. Destarte, se há trabalho constante, remunerado e sob controle, há contrato de trabalho, e não trabalho impessoal e autônomo.

O parágrafo único do art. 442, da CLT (mantido pela nova lei), diz que não há relação de emprego entre tomador de serviços e supostos cooperados. Não obstante, diante de casos concretos, a Justiça do Trabalho tem concluído de maneira contrária à norma legal, para reconhecer a existência de contrato individual de trabalho entre integrantes de cooperativas de mão de obra e tomadores de serviços. Em todos os casos, nos quais houve reconhecimento da relação de emprego, o fator decisivo consistiu na prova de subordinação.

É possível, desde já, imaginar o que está por acontecer. Os oportunistas de sempre formarão cooperativas, e irão vendê-las como instrumentos de redução de despesas trabalhistas, com a imediata eliminação do direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do 13º salário.

É impossível, todavia, afastar o princípio do contrato realidade. Ao se considerar prejudicado, o trabalhador acionará o tomador de serviços, com fundamento no art. 9º da CLT. A quem buscar economia a qualquer preço, talvez o futuro reserve pesadas condenações, decorrentes do reconhecimento do vínculo de emprego, com as consequências que a decisão judicial provocar. ■

"Se há trabalho constante, remunerado e sob controle, há contrato de trabalho, e não trabalho impessoal e autônomo"

EMBALADO PELO SAMBA NO AGITO DO COMÉRCIO

ENTRE UMA VENDA E OUTRA, MARCELINO TENTA INCLUIR NO SEU DIA A DIA ESSA OUTRA PAIXÃO

Entre azulejos, argamassas, tintas, luminárias, pisos etc. está diariamente Alexandre Ribeiro Marcelino, de 37 anos. Vendedor nato, no comércio há 15 anos, é um grande conhecedor da área em que atua em uma das maiores lojas do segmento da construção, a Telhanorte.

Apaixonado pela esposa e pelo herdeiro de 1 ano, o comerciário declara ter outra paixão: o samba. Paixão essa que começou aos 5 anos influenciada por familiares. Marcelino diz ter toda a família no samba. "Quando comecei a entender de música, eu era criança e já tinha toda a família envolvida no samba. Meu tio participa da escola de samba do bairro, a Rosas de Ouro", comenta.

Dividido entre a atividade no comércio e as batidas do pandeiro, o comerciário declara que gostaria de ter mais tempo livre dedicado ao samba, e que muitas vezes não participa dos shows com o grupo devido ao seu horário de trabalho.

Longe dos pisos e azulejos, o percussionista se dedica a sua paixão. E é no reduto do samba que o vendedor esquece das metas e das dificuldades que por vezes tem que enfrentar no dia a dia.

O grupo de samba, conhecido como Nação Brasil, é formado por sete amigos que já estão juntos há 16 anos. Marcelino considera os parceiros peças importantes na realização desta outra atividade que lhe dá em troca apenas o prazer.

"Estamos juntos há muito tempo. Somos todos amigos. A minha relação com eles é um vínculo de eterna amizade, porque estão presentes em momentos importantíssimos da minha vida. Considero uma família mesmo," declara.

Amante do samba raiz, no seu repertório não pode faltar "Tendências", música de Dona Ivone Lara. Perguntado como definiria esse amor, ele suspira e responde: "Ah! o samba não pode faltar. Quando estou no samba me sinto livre. Não dá para falar, é uma sensação única", finaliza Marcelino. ■

QUAL SEU HOBBY "ALÉM DO BALCÃO"?
Você é colecionador(a), fanático(a) por algum time, toca algum instrumento, pratica artes marciais? Qual seu lazer preferido nas horas vagas? Conte sua história para a gente e faça parte da próxima revista!
Envie e-mail para: **imprensa@comerciarios.org.br**

Você tem direito a receber o PIS ou PASEP?

Para receber o benefício o trabalhador precisa apresentar a carteira de trabalho em qualquer unidade bancária

OS TRABALHADORES QUE NÃO SACAREM O ABONO SALARIAL PERDEM O BENEFÍCIO

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil começaram a pagar o PIS (Programa de Integração Social) ou PASEP (Programa de Formação do Serviço Público). A data não será prorrogada e o valor não sacado pelos beneficiários retorna para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O valor de um salário mínimo referente ao Abono Salarial PIS ou PASEP, calendário 2012/2013, começou a ser pago a partir do dia 15 de agosto/12. Ao todo, serão cerca de 21,4 milhões de beneficiados. Para quem recebe os depósitos em conta ou em folha de pagamento, 40% dos beneficiários, a transferência acontece desde julho.

Têm direito ao benefício os trabalhadores que tiveram os dados informados na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) pelo empregador e que tenham sido cadastrados no PIS ou PASEP há pelo menos cinco anos; tenham trabalhado com carteira assinada ou tenham sido nomeados efetivamente em cargo público durante pelo menos 30 dias no ano-base; e tenham recebido em média até 02 (dois) salários mínimos de remuneração mensal durante o período trabalhado.

Para os comerciários e trabalhadores da iniciativa privada, a data de pagamento é definida pelo mês de nascimento. Os primeiros a receber são os nascidos em julho. Para os servidores públicos, o critério de pagamento é pelo número de inscrição. A data final para saque é 28 de junho de 2013. Confira os cronogramas de pagamento nos quadros ao lado.

Os trabalhadores inscritos no PIS recebem o abono salarial na Caixa Econômica Federal, enquanto os do PASEP recebem no Banco do Brasil. Para o saque, o beneficiário precisa apresentar a carteira de trabalho em qualquer unidade bancária.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, serão gastos R$ 13,4 bilhões, por conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para pagamento do benefício. ■

Para saber se tem direito ao PIS, o trabalhador pode consultar a página da Caixa na internet, www.caixa.gov.br, escolhendo as abas Você, Serviços Sociais, PIS e Consulta ao Pagamento ou ligar para o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) pelo telefone 0800 726 0101

CALENDÁRIO DO PIS (Caixa)

FINAL DA INSCRIÇÃO	RECEBEM A PARTIR DE	RECEBEM ATÉ
0 e 1	15 / 08 /2012	28 / 06 /2013
2 e 3	22 / 08 /2012	28 / 06 /2013
4 e 5	29 / 08 /2012	28 / 06 /2013
6 e 7	05 / 09 /2012	28 / 06 /2013
8 e 9	12 / 09 /2012	28 / 06 /2013

CALENDÁRIO DO PASEP (Banco do Brasil)

NASCIDOS EM	RECEBEM A PARTIR DE	RECEBEM ATÉ
JULHO	15 / 08 /2012	28 / 06 /2013
AGOSTO	22 / 08 /2012	28 / 06 /2013
SETEMBRO	29 / 08 /2012	28 / 06 /2013
OUTUBRO	12 / 09 /2012	28 / 06 /2013
NOVEMBRO	19 / 09 /2012	28 / 06 /2013
DEZEMBRO	26 / 09 /2012	28 / 06 /2013
JANEIRO	09 / 10 /2012	28 / 06 /2013
FEVEREIRO	17 / 10 /2012	28 / 06 /2013
MARÇO	25 / 10 /2012	28 / 06 /2013
ABRIL	13 / 11 /2012	28 / 06 /2013
MAIO	21 / 11 /2012	28 / 06 /2013
JUNHO	285 / 11 /2012	28 / 06 /2013

SYLVIO DE VASCONCELLOS, UM DOS MAIS IMPORTANTES PRESIDENTES DO SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS, DEIXA SAUDADES

Faleceu aos 97 anos, em 23/10, o eterno presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, Sylvio de Vasconcellos.

Sua trajetória começou no sindicalismo nos anos 1950, tornando-se presidente de um dos mais representativos Sindicatos de São Paulo, de 1958 a 1962.

Durante os anos seguintes ocupou vários cargos: foi delegado federativo da Fecomerciários, vice-presidente e secretário geral do Sindicato, voltando a presidir o Sindicato dos Comerciários de São Paulo de 1970 até 1989.

Como presidente do Sindicato dos Comerciários, sua contribuição foi importantíssima em lutas históricas como pela redução da jornada de trabalho. Mesmo em momentos difíceis, como em 1964, ano do golpe militar, Sylvio manteve sua postura firme, colocando sempre à frente as bandeiras de luta dos comerciários.

Na década de 1970, período em que os comerciários só utilizavam o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para cuidar da saúde, Sylvio de Vasconcellos construiu, em 1972, para o trabalhador comerciário, o Ambulatório médico e odontológico do Sindicato, que recebeu seu nome e foi inaugurado em 30 de outubro de 1982.

Outras de suas ações foram a aquisição da antiga sede do Sindicato, na Rua Formosa, 367, a expansão da Entidade com a criação da subsede Pinheiros e a construção do Clube de Campo em Cotia e da Colônia de Férias na Praia Grande.

SYLVIO DE VASCONCELLOS
In Memorian
06/12/1914 a 23/10/2012

Sylvio foi um participante ativo da história política do País. À frente dos comerciários, marcou presença em reivindicações e protestos contra aumento do leite e regulamentação da aposentadoria, ambos no governo JK. Além disso, defendeu uma nova lei da previdência e do direito à greve.

Com garra, dedicação e sempre preocupado com a categoria, Sylvio de Vasconcellos conseguiu, juntamente com a diretoria, grandes conquistas e benefícios para os comerciários.

> "Sindicalismo é ação coordenada, é ação conjunta. Sindicalismo não é mera expressão de assistência material. Sindicalismo não se resume na solução individual de problemas individualizados. Sindicalismo é, antes de tudo, expressão de solidariedade humana, escola de amor ao próximo. Sindicalismo é, na sua acepção cristã, como o entendemos, o reencontro de criaturas humanas para o estudo e solução de problemas comuns".
>
> ***Sylvio de Vanconcellos, em seu discurso de posse - Julho/1958***

SEMPRE ATENTO AO BEM-ESTAR DO COMERCIÁRIO, SYLVIO DE VASCONCELLOS CONSTRUIU UM CLUBE DE CAMPO, UMA COLÔNIA DE FÉRIAS E UM AMBULATÓRIO DEDICADOS À CATEGORIA

FAMÍLIA COMERCIÁRIA EM LUTO

"Foi um dos grandes baluartes do movimento sindical do País e um guerreiro em defesa dos trabalhadores. O Sindicato deve muito por sua contribuição, pelas várias gestões que teve em seu comando. Sylvio foi um herói e vai ser sempre um exemplo para as gerações mais jovens, por sua solidariedade, fraternidade e amor ao próximo".

José Gonzaga da Cruz
Vice-Presidente do Sindicato

"Sylvio foi companheiro e amigo. Temos uma gratidão e reconhecimento por sua incansável luta e bravura em favor da família comerciária. Um grande líder sindical que deixará saudades e exemplo para todos".

Rubens Romano
Conselho de Planejamento Estratégico do Sindicato

"Hoje se o Sindicato existe é graças ao Sr. Sylvio. Homem guerreiro que defendeu a classe com unhas e dentes. Ele vai ser sempre um grande exemplo para todos nós".

Antonio Carlos Duarte
Diretor Tesoureiro/Financeiro do Sindicato

"Além de ser um dos dirigentes mais íntegros e honestos que o movimento sindical já teve, foi um homem que soube respeitar a opinião de todos os diretores".

Antonio Evanildo Rabelo Cabral
Diretor de Educação, Formação Profissional e Esportes do Sindicato

"Foi um dirigente sindical de grande visão. Suas construções beneficiaram e ainda beneficiam o trabalhador comerciário".

Julio Nicolau
Conselho de Planejamento Estratégico do Sindicato

"Ele foi meu 'Paizão' e da minha família, este homem me trouxe para o sindicalismo. Foi uma pessoa maravilhosa, religiosa e com um coração de ouro. O movimento sindical perde um grande líder".

Nildo Nogueira
Delegado Federativo do Sindicato

"O Sindicato atingiu esta proporção, este tamanho, graças à contribuição desse grande homem. Sylvio foi um grande sindicalista que sempre soube atender e representar bem os comerciários. Hoje ele deixa seu exemplo para os futuros dirigentes".

Gino Vaccaro
Suplente do Conselho Fiscal do Sindicato

"Fechamos um livro da nossa história. Foram 40 anos de forma contínua ao longo desse elo de profunda amizade, admiração, idoneidade e sabedoria. Durante sua gestão, mesmo passando por um período difícil e complicado que foi a ditadura, ele sempre teve uma postura firme, digna e colocando sempre em prioridade os comerciários. Sylvio deixou uma lição de comportamento de vida".

Marcos Afonso de Oliveira
Diretor do Departamento Jurídico do Sindicato

COM VISÃO FUTURISTA, SYLVIO DE VASCONCELLOS CONSOLIDOU A ESTRUTURA DO SINDICATO

Amigo, mestre e conselheiro. O ex-presidente Sylvio de Vasconcellos foi, para mim, o norte do sindicalismo. Foi na sua gestão como presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo que iniciei minha militância sindical e foi ao seu lado que acompanhei a construção sólida de uma entidade caminhando a passos largos para se transformar no maior sindicato de trabalhadores da iniciativa privada da América Latina.

A morte do ex-presidente Sylvio de Vasconcellos foi uma grande perda para todos nós, dirigentes e trabalhadores do comércio paulistano. Ele, que dedicou mais de 60 anos de sua vida à luta em defesa dos interesses do trabalhador, deixa um grande legado a ser seguido por todas as gerações de trabalhadores do comércio paulistano.

Como dirigente sindical, Sylvio de Vasconcellos ocupou quase todos os cargos em nossa diretoria, até ser presidente por duas vezes em períodos diferentes. Como líder dos comerciários defendeu os interesses e anseios dos trabalhadores, tendo como principal bandeira a busca de conquistas e benefícios para toda a categoria, não se intimidando pelo poder de fogo da classe patronal.

Graças à sua visão futurista, aliada ao seu veio empreendedor, o Sindicato deu início à construção de um grande patrimônio para a família comerciária com a aquisição da Sede própria, Subsedes, o Clube de Campo, a Colônia de Férias e o Ambulatório médico e odontológico, que consolidaram a base de toda a estrutura do Sindicato e que buscamos seguir o mesmo caminho com o mesmo afinco.

Sylvio de Vasconcellos deixa saudades, mas deixa também uma grande lição para todos nós. O maior patrimônio da categoria é a valorização da trabalhadora e do trabalhador comerciário.

Ricardo Patah,
presidente do Sindicato

IV CONFRATERNIZAÇÃO COM OS APOSENTADOS

SHOWS, EMOÇÕES E HOMENAGENS MARCAM FESTA

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo, mais uma vez, prestou uma grande homenagem aos comerciários que ajudaram a construir a história da Entidade e torná-la a maior da América Latina. Cerca de 2.500 convidados se reuniram no dia 25 de agosto, no Clube Atlético Juventus, para a Confraternização com os Aposentados. Esta é a quarta edição do evento, iniciado em 2009. Música, apresentação de dança, almoço, sorteios e mensagem dos líderes da categoria reforçaram a homenagem que começou pela manhã e prosseguiu durante a tarde.

Com muito charme e glamour, a festa despertou encantos e emoções. Os convidados foram recebidos ao som da banda Estúdio Domus e não demorou muito para a pista ficar lotada. Em meio ao salão, um casal chamou a atenção: Lea e Nerbo Saviole foram os primeiros a mostrar que são 'pés de valsa' e dançaram juntinhos todas as músicas românticas. O motivo de tanta vitalidade é que este ano os aposentados completaram 59 anos de casados. E, para não deixar essa grande data passar em branco, o Sindicato homenageou o casal com um final de semana na Colônia de Férias. "Estamos muito felizes. Foi uma surpresa. Adoramos e participamos de todas as festas dos Aposentados do Sindicato", disse Nerbo, sócio da Entidade há 30 anos.

Uma das novidades do evento este ano foi a apresentação do maior cover de Elvis Presley no Brasil, Edson Galhardi. O intérprete impressionou os convidados com timbre vocal semelhante e o mesmo biotipo do cantor. Suas roupas e adereços eram réplicas fiéis do figurino do astro.

Tão elegante como "Elvis" estava a aposentada Dulce Dias de Castro, esbanjando charme. "Arroz de festa" assumida, não só dançou, mas cantou com o intérprete. "Não paro um minuto. Esse encontro é muito bonito, divertido e agradável.

É muito bom participar mais uma vez", explicou a comerciária.

Durante os intervalos, além dos shows, os dançarinos que entravam em cena arrancavam suspiros e aplausos do público. Também foram realizados sorteios desde máquinas fotográficas a uma viagem para Buenos Aires.

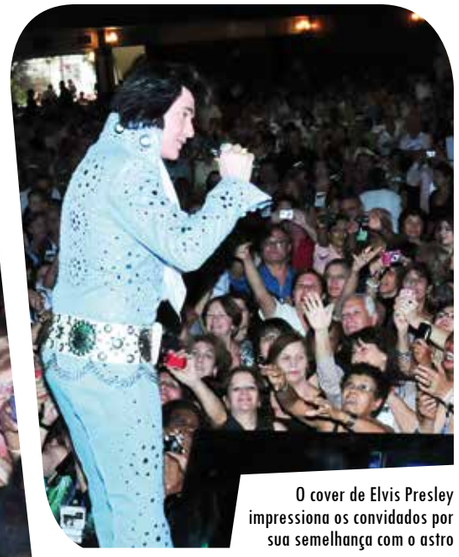
"Quando falou meu número não acreditei. Eu e minha esposa estamos muito felizes. Aos 45 anos de casados teremos nossa segunda lua de mel. Valeu a pena participar da confraternização do Sindicato", disse Raneri Mackert, ganhador da viagem para Buenos Aires.

A festa foi encerrada com o show do cantor Moacyr Franco, que emocionou os convidados com suas tradicionais composições. Durante a música 'Se eu não puder te esquecer', ele desceu do palco e se juntou aos convidados, que cantaram seu sucesso. "Estou participando de uma festa linda no Juventus e minha vontade é de abraçar cada um de vocês. É preciso se organizar mesmo, se unir para poder achar um lugarzinho da gente na sociedade", disse Moacyr Franco.

"O aposentado é uma sofrida categoria que entra ano e sai ano sem nada para comemorar. Mas nossa diretoria não mede esforços para homenagear esses companheiros que muito contribuíram para o progresso do Brasil", explicou Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciários.

Os convidados tiveram à disposição ônibus, tanto na ida quanto na volta, que percorreu o trajeto entre o Juventus e a Estação Bresser do Metrô.

Moacyr Franco canta e emociona aposentados. Durante o show, desce do palco e se junta ao público



O cover de Elvis Presley impressiona os convidados por sua semelhança com o astro

A aposentada Dulce Dias de Castro desfilou elegância e simpatia pelo salão (esquerda). Lea e Nerbo Saviole, além de muita dança, mostraram disposição e alegria

O presidente do Sindicato, Ricardo Patah, percorreu as mesas para cumprimentar os convidados e deixar sua mensagem de boas-vindas

No palco, diretores do Sindicato fazem sorteios e distribuem prêmios. Ao lado, Raneri Mackert, ganhador da viagem a Buenos Aires, entre José Gonzaga da Cruz, vice-presidente do Sindicato (à esquerda), e Edson Ramos, secretário geral

SINDIAPI-UGT PARTICIPA DA CONFRATERNIZAÇÃO

Os representantes do Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores (Sindiapi-UGT) estiveram no evento para prestigiar a categoria e reforçar a importância de sua representatividade na defesa dos 29 milhões de aposentados, pensionistas e idosos do País.

"É preciso fazer justiça social, precisamos ser respeitados, por isso vamos exigir políticas que valorizem nossas companheiras e nossos companheiros, que contribuíram ao longo das suas vidas para hoje ter no mínimo uma vida estável de verdade", declarou Rubens Romano, presidente nacional do Sindiapi-UGT. ■

UGT DEFENDE REFORMA FINANCEIRA QUE BENEFICIE O DESENVOLVIMENTO DE TODAS AS NAÇÕES

A fúria do sistema financeiro em busca do lucro é um dos tentáculos responsáveis pelo desequilíbrio social no mundo e pelas tensões da classe trabalhadora. A denúncia foi feita pelo presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores - UGT e do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, Ricardo Patah, no Fórum Internacional sobre Globalização Econômica e Sindical realizado em Pequim, na China, entre os dias 28 e 30 de agosto. Ricardo Patah, apoiado por estudos feitos por economistas da UGT, denunciou o sistema financeiro como o principal responsável pela crise econômico-financeira mundial que castiga os trabalhadores da indústria, da agricultura, do comércio, serviços privados e do setor público e cria situação adversa para os países em desenvolvimento avançarem nas áreas da ciência, tecnologia, cultura, saúde e educação, além de ampliar o número de miseráveis no mundo e evitar que se criem condições mínimas de dignidade. O Fórum contou com a participação de representantes de 59 países em desenvolvimento e de mais de 100 dirigentes sindicais.

Nos debates realizados durante o Fórum Internacional sobre Globalização Econômica e Sindical, o presidente nacional da UGT Ricardo Patah alertou que as nações devem voltar suas atenções para os jovens e as mulheres, segmentos da sociedade e do mundo do trabalho que ainda sofrem discriminação. Patah lembrou que os 210 milhões de jovens entre 16 e 24 anos desempregados na China não devem ser encarados apenas como um problema do governo chinês, mas como uma questão social que afeta os jovens de todas as nações do mundo. "Buscar alternativas para a colocação dos jovens no mercado de trabalho é uma responsabilidade das empresas, do governo e do movimento sindical", disse. "Não podemos fugir dessa responsabilidade", sentenciou.

O líder sindical lembrou que o avanço tecnológico e as novas plataformas de trabalho que têm surgido geram cada vez menos postos de trabalho e isso é um problema que deve ser discutido pelas nações. "Sem trabalho e com reduzidas perspectivas a curto prazo, os jovens acabam à margem da sociedade e são facilmente seduzidos para o caminho das drogas, um mal que hoje afeta a sociedade como um todo e deve ser tratado pelo Estado como uma questão fundamental para a manutenção da paz social."

O presidente da UGT, num discurso de 8 minutos assistido pelos principais dirigentes do governo chinês, destacou que a crise econômica que afeta hoje o mundo não foi um relâmpago em pleno céu azul, mas é continuidade histórica das crises recorrentes do próprio modelo financeiro que impôs ao mundo a única regra por ele aceitável: um mundo sem regras, sem fronteiras, sem regulação e sem Estado - salvo aquele Estado para salvá-lo de suas irresponsabilidades alimentando sua fúria contra os trabalhadores.

Patah lembrou que, para salvar a própria pele, os banqueiros contam com a benevolência dos governos, que acabam promovendo arrocho salarial, corte de benefícios sociais, ataques às aposentadorias e às conquistas dos trabalhadores, injetando trilhões de dólares na orgia financeira e mandando a conta final para o povo pagar, por meio dos aumentos de impostos promovidos pelo Estado. "Muitos governos, aliados ao sistema financeiro falido, cortam na carne do trabalhador, nunca na carne dos banqueiros", disse. Sindicalistas, representantes da África do Sul, em seu pronunciamento, acompanharam a posição da UGT, destacando que os ganhos do sistema financeiro no mundo, principalmente na África do Sul, são responsáveis pelas desigualdades sociais no planeta e que, em muitos casos, a ação do sistema financeiro mundial é compactuada pelos governos.

Ricardo Patah foi escolhido pelos organizadores do evento para ser o primeiro sindicalista brasileiro a discursar no fórum. Ele começou lembrando que a UGT é uma central nova, com apenas cinco anos de vida e já representa mais de 7 milhões de trabalhadores no Brasil e que o País ainda é um grande celeiro de desigualdades. "Somos um País rico com um povo pobre, onde 50% da nossa riqueza está nas mãos de 1% da população, enquanto os outros 50% são divididos entre os 99% restantes do povo."Lembrou ainda que a crise gestada nos Estados Unidos, e que depois se espalhou pela Europa, afeta economias em crescimento como o Brasil e a China e isso pode ter desdobramentos profundos, chegando com mais força ao bolso da população por meio do desemprego ou de sua ameaça - real ou especulativa - aumentando a instabilidade social e política, principalmente dos países em desenvolvimento.

"A CRISE ECONÔMICA QUE AFETA HOJE O MUNDO NÃO FOI UM RELÂMPAGO EM PLENO CÉU AZUL, MAS É CONTINUIDADE HISTÓRICA DAS CRISES RECORRENTES DO PRÓPRIO MODELO FINANCEIRO, SEM FRONTEIRAS, SEM REGULAÇÃO E SEM ESTADO", DIZ PATAH

Diante desse quadro, Ricardo Patah disse que os governos têm adotado posturas distintas, que variam desde a mediação ao subsídio direto das contratações até mesmo benefícios ao sistema financeiro.

Patah destacou que para a UGT um novo marco regulatório só terá êxito se levar em conta a valorização do trabalho e da produção e que uma reforma financeira internacional só terá sucesso se direcionada para manter em pé a natureza do financiamento que tem impedido o desenvolvimento de nações inteiras. O presidente nacional da UGT finalizou seu pronunciamento saudando o governo chinês pela iniciativa do fórum, que em todas as suas etapas tem possibilitado a troca de experiências entre os sindicalistas dos países em desenvolvimento. ■

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

Nossa língua é nosso melhor retrato

Em São Paulo o que não falta são bons museus para visitar. Portanto, reserve um espaço na agenda para conhecer o Museu da Língua Portuguesa, porque até quem tem dificuldade e acha que a língua é uma sopa de letrinhas vai se surpreender com a maneira lúdica de conhecer o idioma.

O local escolhido para a instalação do Museu não poderia ser mais apropriado. A viagem já começa por aí, na antiga Estação da Luz, uma das mais belas do Brasil, onde passam todos os dias milhares de pessoas e, por muitos anos, foi a principal porta de entrada para a cidade de São Paulo.

Logo no início da visita o público se depara com uma grande escultura de uma árvore em ferro fundido, com 16m de altura, que traz em suas folhas os contornos de vários objetos. Suas raízes são formadas por diversas palavras arcaicas que deram origem à língua portuguesa.

A 'Árvore da Língua' é vista pelos visitantes por meio de um elevador panorâmico que dá acesso aos andares do Museu. Além disso, no interior dos elevadores, os visitantes podem ouvir uma espécie de mantra, cantado por Arnaldo Antunes, que repete as palavras 'língua' e 'palavra' em vários idiomas. Essa é a primeira experiência do visitante com o universo da língua portuguesa.

O Museu usa e abusa da tecnologia para mostrar os caminhos da língua portuguesa e sua história. São três andares, e o primeiro acolhe exposições temporárias. Um espaço que muda periodicamente para apresentação de obras literárias e autores que são referências na língua. As exposições já abordaram grandes escritores brasileiros, como Jorge Amado, Clarice Lispector, Gilberto Freire e Guimarães Rosa.

A visita prossegue pelo segundo andar, onde se encontra uma tela gigante de 106 metros de comprimento com projeções simultâneas de imagens que mostram a língua portuguesa no cotidiano das pessoas.

São onze videoclipes, de seis minutos de duração cada, que tratam de temas como futebol, dança, cotidiano, cultura, natureza, festas, carnavais, música, relações humanas, culinária, religião e a matriz lusa. Num espaço escuro se revezam entrevistas, músicas e depoimentos sobre diferenças do idioma em todo o País.

Ainda no segundo andar, à direita, na parede oposta da tela, está a 'Linha do Tempo', para contar a história da origem da linguagem humana até o surgimento da língua latina, além de apresentar comentários de especialistas e uma seleção com as 100 principais obras da língua portuguesa, a começar pela carta de Pero Vaz de Caminha, quando da descoberta do Brasil.

Durante o percurso, o visitante é estimulado a aprofundar seus conhecimentos nas telas interativas e a assistir aos vídeos que mostram a história do idioma falado no Brasil.

Ao final da linha do tempo, está o espelho cuja imagem refletida de cada pessoa que se olha atualiza o tempo para o momento da visita. Ao lado do espelho, está o 'Mapa dos Falares', audiovisual com o mapa do Brasil e imagens que apresentam variados modos de falar do nosso País.

No centro do andar se encontram oito totens multimídia interativos que apresentam línguas que influenciaram o português, como os idiomas indígena tupinambá, os africanos quicongo, quimbundo e umbundo, além do espanhol, inglês, francês, italiano, alemão e japonês.

Ainda no segundo andar está a sala do 'Beco das Palavras', que, por meio de uma moderna tecnologia, utiliza o ar como suporte. As sílabas parecem flutuar em uma grande mesa. Os visitantes 'brincam' em um jogo divertido, com a criação de palavras, ao mesmo tempo em que se descobre a sua origem e significado.

No terceiro e último andar encontra-se o auditório. Durante a visita, um filme de 10 minutos é projetado em uma tela de nove metros de largura sobre as origens da língua portuguesa falada no Brasil.

Em seguida os visitantes vão para a 'Praça da Língua', um espaço em que são difundidos textos e obras clássicas da prosa e da poesia da língua portuguesa, uma espécie de 'planetário da língua', composto por imagens projetadas e áudio.

Além dos espaços expositivos permanentes e temporários, o Museu da Língua Portuguesa desenvolve uma série de ações paralelas importantes para a aproximação da instituição com seu público. Informações:
www.museudalinguaportuguesa.org.br

Pintura a óleo de Nuno Gonçalves do século XV. Essa obra prima do renascimento retrata "a mais eloquente e persuasiva documento sobre a estrutura da sociedade portuguesa" da época, segundo o historiador português Jaime Cortesão. Em destaque, o infante dom Henrique, príncipe profundamente religioso, que veria a liderar o grande empreendimento das navegações.

"Todos deveriam conhecer um pouco mais sobre nosso idioma, e o Museu da Língua Portuguesa é uma excelente opção, afinal, moramos num País que as culturas são diferentes de acordo com a região e continuamos construindo a língua em nosso cotidiano, criando expressões e gírias", explicou o gaúcho Wanderlei Debastiani, na cidade há três semanas para fazer uma disciplina de pós-doutorado em Ecologia na USP.

O casal de professores de Salvador, Antonio Santos e Edithe Braga Santos, aproveitou a visita a São Paulo para conhecer o Museu. "Adoramos esse tipo de programa, achamos uma boa oportunidade para conhecer o museu que tínhamos ouvido falar só em reportagens. A língua nos une e ao mesmo tempo é diversa em sotaques e expressões em cada canto do País."

Curiosidade

INAUGURADO OFICIALMENTE NO DIA 20 DE MARÇO DE 2006 E ABERTO À VISITAÇÃO NO DIA SEGUINTE, O MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, INSTITUIÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, RECEBEU, ATÉ DIA 12 DE AGOSTO DE 2012, MAIS DE 2 MILHÕES E 800 MIL PESSOAS, SENDO QUE, DESTAS, APROXIMADAMENTE 52% SÃO ESTUDANTES DE TODO O BRASIL, PRINCIPALMENTE DA REDE PÚBLICA. ESSE EXPRESSIVO NÚMERO DE VISITANTES MANTÉM O MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO UM DOS MAIS VISITADOS DA AMÉRICA LATINA NESTES ÚLTIMOS SEIS ANOS.

SERVIÇO

Horários
Museu: de terça a domingo, das 10h às 18h.
Na última terça do mês, fica aberto até às 22h (a bilheteria fecha às 21h).
Não abre as segundas-feiras.
Bilheteria: de terça a domingo, das 10h às 17h.

Ingresso
Inteira: R$ 6,00 / Meia: R$ 3,00*
Formas de pagamento: em dinheiro, na hora da visita.
** Para estudantes com carteirinha do ano e documento de identidade, aposentados e maiores de 60 anos, mediante comprovação.*

NÃO PAGAM INGRESSO:
- Crianças até 7 anos (mediante a apresentação de documento de identidade)
- Professores da Rede Pública (Municipal, Estadual ou Federal) com apresentação de holerite e RG
- Pessoas com deficiência (a gratuidade é estendida para um acompanhante)
- Aos sábados o ingresso é gratuito para todos os visitantes
- Idosos, deficientes físicos, mulheres grávidas e pessoas com crianças de colo têm acesso preferencial à bilheteria e à entrada do museu, com direito a somente dois acompanhantes. ■

Museu da Língua Portuguesa
Estação da Luz
Praça da Luz, s/nº
Centro - São Paulo - SP
(11) 3326-0775
museu@museudalinguaportuguesa.org.br

UM PEDAÇO DO JAPÃO NA MAIOR METRÓPOLE DA AMÉRICA DO SUL

Típico, turístico e comercial, o bairro da Liberdade é o passado refletido no presente

Um mundo particular. É assim conhecido o bairro paulistano com a cara do Japão. E é neste mundo de origamis, byoubu (biombos), chouchin (luminárias), sudare (cortina ou esteira de bambu) e sushis que o bairro da Liberdade é considerado o reduto de pessoas interessadas na culinária e na cultura oriental.

Tipicamente japonês, essa característica teve seu aparecimento nos primeiros anos do século XX, quando aportou em Santos o navio Kasato-Maru, trazendo os primeiros imigrantes japoneses ao Brasil com o intuito de "fazer a América", o que significava plantar café no interior de São Paulo. Não acostumados ao regime escravocrata dos fazendeiros, voltaram à capital.

A partir de 1912, os primeiros imigrantes começaram a se instalar na região, próxima à Rua Conde de Sarzedas, onde os imóveis tinham porões e quartos no subsolo com aluguéis populares. Para muitos, aquela região era o refúgio e, por ser um bairro central, possibilitava o deslocamento fácil.

Após esse período, chegaram mais navios abarrotados de japoneses e a Liberdade foi abrigando vários deles, tornado-se uma espécie de

reduto para os recém-chegados, onde os imigrantes tinham proteção entre os moradores já instalados. Na mesma época começaram a surgir as primeiras atividades comerciais, as hospedarias, os empórios, as fábricas de tofu (queijo de soja) e manju (doce japonês). Com o passar do tempo, esses desbravadores foram se acostumando ao local e assim lançando tendências.

O desenvolvimento comercial se deu em 1953, quando Yoshikazu Tanaka inaugurou um prédio de cinco andares, na Rua Galvão Bueno, com vários pontos comerciais e sala de projeção, batizado como Cine Niterói, nome que mais lembrava as praias fluminenses do que a terra do sol nascente. No local eram exibidos filmes de produção japonesa para os imigrantes matarem saudades da terra natal, passando a ser o ponto de encontro para a população que estava dominando a região, tornando-se o centro do bairro, que cresceu nos arredores do cinema.

Em 1968, o local foi desapropriado para a construção da ponte Ozaka, devido à ligação Leste-Oeste (Radial Leste). E o cinema mudou para a Avenida Liberdade, onde funcionou até 1988. As construções contribuem para a temática do bairro em uma junção de arquitetura oriental e ocidental.

COMÉRCIO

Quando se fala da Liberdade, logo se lembra das comunidades japonesas que ali se instalaram, das luminárias que decoram os postes das ruas, das barracas de comida e de artesanato que tomam conta da praça aos sábados, domingos e feriados e das lojas de objetos de decoração que se espalham pelo bairro mais oriental de São Paulo.

Com mais ou menos 1 km de extensão, a Rua Galvão Bueno é um dos principais pontos de comércio do bairro. Forte no segmento da culinária oriental, a rua abriga supermercados, restaurantes, perfumarias, lojas de artigos orientais e shoppings populares. Não há quem vá ao bairro da Liberdade sem visitar a Galvão Bueno pelas variedades de produtos orientais que atraem pessoas de várias etnias.

Nos últimos 10 anos, os japoneses começaram a se distanciar e deram espaço aos coreanos e aos chineses, que dominam hoje a região. Luiz Carlos Zapata acompanhou as transformações e a dominação chinesa que fez do bairro da Liberdade um espaço não só de japoneses. Na gerência do Supermercado Marukai, local em que trabalha há 11 anos, desde sua inauguração, assistiu de perto essa mudança.

Luiz Carlos Zapata

Silvia Yamamoto

"A Liberdade é um dos poucos 'nichos' que sobraram. Todo mundo que quer comer e fazer algo diferente vai à Liberdade. Quando iniciamos, 70% dos clientes eram japoneses. Hoje as coisas foram mudando e o que temos é uma mistura de brasileiros, chineses, coreanos e curiosos em desvendar esse mundo", declara o comerciário.

O supermercado, fundado em 1999, que recebe cerca de duas mil pessoas nos finais de semana, é uma espécie de exemplo dessa mistura. Possui em seu quadro funcionários brasileiros e descendentes de japoneses, para manter a proximidade com suas origens. "Apesar de ter muitos brasileiros como clientes, os japoneses ainda têm seu espaço e procuramos ter nos atendimentos e nos caixas pessoas de ascendência oriental, porque ainda muitos querem ver gente de sua nacionalidade", acrescenta Luiz.

"Irachai" (bem-vindos), saúda Silvia Yamamoto ao receber os clientes no interior da loja. Descendente de japoneses, a atendente diz que trabalhar no comércio da região é uma forma de manter viva a cultura de seus antepassados.

"Como eu sou descendente, precisamos preservar nossos costumes. Para mim, é gratificante trabalhar aqui porque, além de tentar manter as tradições, também é uma forma de aprender com os clientes que frequentam a loja", declara a atendente.

Com um vocabulário farto, ela tenta passar para os mais jovens e interessados a cultura que herdou de seus pais. "Eu começo a falar em japonês e ensino algumas palavras para eles, aí percebo o interesse, acho isso muito bom, eles gostam", finaliza, sorridente, a comerciária.

Mas não é só de sushi que vive a Liberdade. Muita gente vai ao bairro regularmente para abastecer a dispensa, a nécessaire e curtir outros atrativos como os karaokês e a famosa Praça da Liberdade, que é utilizada como palco para manifestações culturais e dança folclórica japonesa, além da feirinha, que é considerada o grande atrativo para as pessoas irem todos os finais de semana ao bairro.

Curiosidade

O NOME LIBERDADE VEM BEM ANTES DA IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O LOCAL. DESDE OS TEMPOS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO, O LOCAL ERA CONHECIDO COMO CAMPO DA FORCA. NO ATUAL LARGO DA LIBERDADE, ONDE ESTÁ A IGREJA DA SANTA CRUZ, MAIS CONHECIDA COMO IGREJA DAS ALMAS DOS ENFORCADOS, EXISTIA, POR VOLTA DE 1770, UM LOCAL ONDE OS CONDENADOS ERAM ENFORCADOS. DIZ A LENDA QUE UM FATO MUITO CONHECIDO DEU ORIGEM AO NOME DO BAIRRO. NO INÍCIO DO SÉCULO XIX, O SOLDADO FRANCISCO JOSÉ DE CHAGAS, CABO BRASILEIRO DO PERÍODO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS, MAIS CONHECIDO COMO CHAGUINHAS, FOI CONDENADO À MORTE POR ENFORCAMENTO EM PRAÇA PÚBLICA POR INCITAR E LIDERAR UMA REBELIÃO CONTRA OS ATRASOS DE SALÁRIOS. EM SUA EXECUÇÃO, A CORDA DA FORCA SE ROMPEU POR TRÊS VEZES, OS PRESENTES APLAUDIRAM E GRITARAM "LIBERDADE" (TERMO ESSE QUE DEU ORIGEM AO ATUAL NOME DO LOCAL), ACREDITANDO TRATAR-SE DE UM MILAGRE. CHAGUINHAS FOI MORTO A PAULADAS E ENTERRADO NO CEMITÉRIO DOS ESCRAVOS, LOCALIZADO ENTRE A RUA DOS ESTUDANTES E A ALMEIDA JÚNIOR. A CAPELA DO CEMITÉRIO DOS ESCRAVOS É A ATUAL IGREJA DOS AFLITOS, QUE AINDA EXISTE POR LÁ. ■

QUANDO O PÃO E O LEITE FAZEM MAL

ALGUNS ORGANISMOS NÃO ACEITAM O GLÚTEN E A LACTOSE. A SOLUÇÃO É CORTAR DO CARDÁPIO!

Dor abdominal, diarreia, gases, cólicas constantes... Normal? Talvez não. Será que você não é intolerante ao glúten ou à lactose?

Conversamos com as nutricionistas Gabriela Tavares Braga e Priscila Barsanti de Paula e com o gastroenterologista Jaime Gil, todos do Hospital Israelita Albert Einstein, de São Paulo, para entender melhor o que essa intolerância causa, como se manifesta e se tem cura.

Mas atenção: caso você se identifique com algum sintoma, procure um médico. A solução não é tirar esses itens do seu cardápio sem uma orientação profissional.

PRIMEIRO VILÃO: O GLÚTEN

A chamada doença celíaca é uma intolerância (ou alergia) à ingestão de glúten. Caracteriza-se por um processo inflamatório na mucosa do intestino delgado, causando a má absorção de nutrientes e o consequente ataque ao sistema imunológico.

Os principais alimentos que contêm glúten são cevada, centeio, trigo, aveia, malte e seus derivados. Por isso, é importante sempre ler a composição do produto na embalagem.

Vale ressaltar que existe uma Lei Federal nº 10.674/2003 – que determina que "Todos os alimentos industrializados deverão conter em seu rótulo e bula, obrigatoriamente, as inscrições 'contém glúten' ou 'não contém glúten', conforme o caso".

Os sintomas da doença são diarreia, gases, distensão e dor abdominal. Em alguns casos, pode ocorrer perda de peso, desnutrição e, em crianças, até o comprometimento do crescimento.

Seu diagnóstico é complexo, pois raramente é levada em conta a possibilidade da doença celíaca. Para detectá-la, é necessário realizar uma biópsia intestinal por meio de uma endoscopia digestiva alta. Isso, claro, após avaliação clínica de um médico.

A intolerância ao glúten pode se manifestar em qualquer idade. Ela é hereditária, embora somente 10% dos familiares diretos de um doente a desenvolvam.

Para o tratamento da alergia ao glúten não há remédio. A solução é tirar essa proteína do cardápio para o resto da vida.

OUTRA VILÃ: A LACTOSE

A lactose é o açúcar do leite. É intolerante a essa substância a pessoa que não consegue digerir leite e seus derivados. Essa impossibilidade de digestão ocorre pela falta ou produção insuficiente da enzima lactase.

Uma vez não digerida, a lactose chega ao intestino grosso inalterada, sendo fermentada por bactérias. Isso produz gases. Sem falar que a presença de lactose no intestino aumenta a retenção de água, podendo causar diarreia e cólicas. Esses são, então, os sintomas da doença, além de náuseas e vômitos.

Os alimentos que geralmente contêm leite ou lactose são: pães e outros produtos de forno, como biscoitos e bolachas, cereais processados, sopas, margarina, molhos de salada, doces, alguns adoçantes, misturas para panquecas, entre outros.

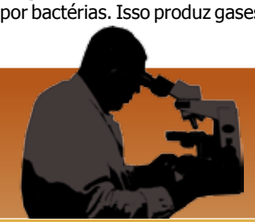
É muito importante ler o rótulo dos produtos e verificar os ingredientes com cuidado, procurando não só o leite ou a lactose, mas também o soro do leite, o coalho, produtos derivados e leite em pó. Qualquer alimento que contenha essas substâncias deverá ser evitado pelas pessoas que têm intolerância à lactose.

A intolerância pode se manifestar em qualquer idade e é também hereditária.

Para detectá-la, o paciente deve, caso perceba alguma reação ao ingerir laticínios, procurar um gastroenterologista. Há diferentes exames para chegar ao diagnóstico ***(box abaixo)***.

Uma vez diagnosticada a intolerância, é possível tratar os sintomas. A restrição da lactose na alimentação irá variar conforme o grau em cada paciente. Em alguns casos, os médicos indicam a administração da enzima lactase junto às refeições. Diferentemente da doença celíaca, a intolerância à lactose não é um quadro alérgico. Dessa forma, orienta-se o paciente a dosar a ingestão. Além disso, já existe leite sem lactose.

Vale ressaltar que o leite é um alimento muito importante, fonte de nutrientes, como proteína, e minerais, como fósforo e cálcio. Este último é responsável pela constituição dos ossos e dentes, além de ser fundamental para a manutenção de várias funções do organismo, como a contração muscular, coagulação do sangue, transmissão dos impulsos nervosos e secreção de hormônios. Por isso, antes de suspender o seu consumo, o melhor é que o diagnóstico seja confirmado por um médico. E, no caso da exclusão do cardápio, é preciso manter uma alimentação saudável principalmente para suprir as necessidades desses nutrientes. ■



EXAMES QUE PODEM SER FEITOS PARA DIAGNOSTICAR A INTOLERÂNCIA À LACTOSE

1

TESTE DE INTOLERÂNCIA À LACTOSE: O PACIENTE RECEBE UMA DOSE DE LACTOSE EM JEJUM E, DEPOIS DE ALGUMAS HORAS, SÃO COLHIDAS AMOSTRAS DE SANGUE QUE INDICAM OS NÍVEIS DE GLICOSE.

2

TESTE DE HIDROGÊNIO NA RESPIRAÇÃO: O PACIENTE INGERE UMA BEBIDA COM ALTA QUANTIDADE DE LACTOSE E O MÉDICO ANALISA O HÁLITO DA PESSOA EM INTERVALOS QUE VARIAM DE 15 A 30 MINUTOS POR MEIO DA EXPIRAÇÃO. SE O NÍVEL DE HIDROGÊNIO AUMENTAR, SIGNIFICA UM PROCESSAMENTO INCORRETO DA LACTOSE NO ORGANISMO.

3

TESTE DE ACIDEZ NAS FEZES: O EXAME DE FEZES É REALIZADO NORMALMENTE, POIS SE A PESSOA INGERIU ALIMENTOS COM LACTOSE, TEVE OS SINTOMAS E PROCUROU AUXILIO MÉDICO É PORQUE A LACTOSE NÃO FOI BEM DIGERIDA, PRODUZINDO ÁCIDOS QUE PODEM SER DETECTADOS NAS FEZES. TRATA-SE DE UM EXAME INDICADO TANTO PARA CRIANÇAS PEQUENAS COMO PARA CRIANÇAS MAIORES.

4

EXAME GENÉTICO: NESTE EXAME, RETIRA-SE DO PACIENTE UMA PEQUENA AMOSTRA DE SANGUE OU RASPA DA MUCOSA DA BOCA E SEU DNA É ESTUDADO PARA VERIFICAR SE HÁ MUTAÇÃO EM RELAÇÃO À PRODUÇÃO DA ENZIMA LACTASE.

QUALIFICAÇÃO E CONHECIMENTO SÃO SEMPRE BEM-VINDOS

ENGANA-SE QUEM PENSA QUE O COMERCIÁRIO NÃO PRECISA SE APRIMORAR

O comércio é considerado a porta de entrada para o mercado de trabalho, por não exigir experiências anteriores nem formação específica. No entanto, apesar de ser o setor que mais cria postos de trabalho, é também o que mais gera desemprego, causado, muitas vezes, pela insatisfação do trabalhador em exercer funções distintas e receber baixa remuneração. Essa mesma baixa remuneração impede que o trabalhador busque qualificação, uma vez que a renda acaba sendo comprometida apenas no sustento da família.

E está equivocado quem acredita não ser necessário o profissional do comércio correr atrás de qualificação. Ela é cada vez mais requisitada na hora de encontrar um bom emprego. Até porque, em qualquer área, o conhecimento é sempre bem-vindo.

Hoje, o comércio possui a maior jornada média de trabalho, ultrapassando a jornada legal de 44 horas semanais. Esse cenário torna quase impossível à categoria comerciária frequentar uma sala de aula.

Segundo um boletim do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), divulgado em 2008, em tempos de crise, estudar era um desafio para a população jovem do comércio. O documento mostrou que 75% da juventude comerciária estava longe da escola em razão das extensas jornadas. Já em 2010, cerca de 57% da população tinha ensino médio completo ou superior incompleto, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para aquele ano.

Em suma, o comerciário precisa estudar e se qualificar, mas seu tempo é curto. Como resolver?

De acordo com a Coordenadora de Administração e Negócios do Senac, Gabriela Silva, existem grandes possibilidades de crescimento dentro do setor e a regulamentação da profissão do comerciário pode trazer possibilidades que ofereçam mais tempo para o trabalhador se qualificar. "Com a regulamentação, é possível que o comerciário realize 8 horas diárias e não enfrente as longas jornadas."

Segundo Gabriela, são muitas as possibilidades de crescimento no comércio, visando, principalmente, a valorização salarial. "O trabalhador pode iniciar como um atendente/vendedor e chegar a um representante, gerente ou diretor comercial. O vendedor de hoje pode ser o gerente de amanhã", esclarece a coordenadora.

Diferentemente do que se pensa, o comércio a cada dia busca profissionais qualificados. "Podemos citar como exemplo o vendedor: não basta saber efetuar uma venda, ele precisa ter conhecimentos sobre técnicas de negociação, saber fidelizar os clientes e, principalmente, realizar um bom planejamento tanto de suas atividades quanto para gerir sua própria carreira", acrescenta Gabriela.

Ainda segundo a profissional do Senac, é possível obter uma qualificação diferenciada por meio de cursos livres, formação superior, cursos a distância, curso de extensão e pós-graduação. "Há cursos que abordam posicionamento de mercado, gestão de relacionamento, criação de vantagens competitivas, vendas. São temas que afetam o desempenho das empresas como comunicação, custos, previsão etc. Há um caminho a ser percorrido, porém o comerciário deve saber aonde exatamente pretende chegar", orienta.

Decidida a buscar um diferencial, a vendedora Valdirene Gonçalves Cardoso acredita que estudar e se qualificar será a garantia de uma vida melhor e de reconhecimento profissional. "Sempre trabalhei no comércio. Estudar foi a alternativa para me dar melhores condições futuras e, quem sabe, ter um melhor salário", declara a universitária Valdirene.

Considerando que a categoria dos comerciários pode, sim, crescer dentro do próprio setor, qualificar-se pode ser a solução! ■

SINDICATO FAZ PARCERIAS PARA FACILITAR O ACESSO DO COMERCIÁRIO À QUALIFICAÇÃO

Pensando na qualificação profissional da categoria, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo firmou parceria com mais de 130 instituições, que disponibilizam descontos de 10% a 50% para os comerciários e seus dependentes em faculdades, escolas de ensino fundamental e médio, cursos a distância e ensino técnico.

CONFIRA EM:
http://www.comerciarios.org.br/convenios

SOMOS TODOS SALVA-VIDAS!

Doar sangue é ajudar o próximo. E o próximo pode ser qualquer um de nós.

A doação de sangue é um ato muito mais simples do que se imagina. E, claro, pode salvar vidas.

Trata-se de um gesto de solidariedade rápido e seguro, mas que significa muito para quem recebe.

No entanto, infelizmente, apenas 1,9% da população brasileira doa sangue por ano. E por quê?

Uma das respostas seria o fato de nosso País nunca ter passado por uma guerra, por exemplo, e não ter criado o hábito de doar sangue.

Fala-se também da simples falta de informação sobre como doar, para quem, onde e por quê. E é esse um dos objetivos desta matéria: mostrar como é fácil ajudar a salvar uma vida.

Até porque ninguém está livre de um acidente ou de uma doença. Isso significa que o doador de hoje pode ser a pessoa que precisará do sangue amanhã. Procuramos nunca pensar nisso, mas há de se concordar que essa é a realidade.

O primeiro passo é procurar um lugar idôneo e que utilize material descartável para coleta. A Fundação Pró-Sangue, por exemplo, é considerada o hemocentro referência na América Latina pela OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) e pela OMS (Organização Mundial de Saúde), e o volume de sangue que ela coleta corresponde a cerca de 32% do sangue consumido na região metropolitana de São Paulo. As bolsas de sangue que ficam em seu estoque são disponibilizadas a 128 hospitais da região. Sua sede é no Hospital das Clínicas, mas há mais cinco postos espalhados pela cidade (veja quadro "Postos de Coleta").

No Brasil, as doações dividem-se em voluntária e vinculada. Na voluntária, a pessoa doa sangue sem se preocupar com quem receberá o mesmo. Já a vinculada é destinada a repor uma quantidade de sangue utilizada no tratamento de um parente ou amigo.

Para ser um doador, basta estar em boas condições de saúde, procurar um posto de doação e atender os seguintes requisitos:

- *ter entre 16 e 67 anos*
- *pesar no mínimo 50 kg*
- *ter dormido pelo menos 6 horas nas últimas 24 horas*
- *estar alimentado (mas evitar alimentos gordurosos 4h antes)*
- *apresentar documento original com foto*

No entanto, mulheres que estiverem amamentando, pessoas que estejam resfriadas, tenham consumido bebida alcoólica nas últimas 12 horas ou feito tatuagem no último ano estarão temporariamente impedidas de doar sangue.

Vale lembrar que as mulheres devem respeitar um período de três meses entre uma doação e outra. Para os homens, esse tempo é de dois meses.

Há também aqueles que não podem, definitivamente, ser doadores. São eles os portadores de hepatite B e C, AIDS, doenças associadas aos vírus HTLV I e II, doença de Chagas, malária ou, ainda, os usuários de drogas injetáveis.

Provavelmente pelo fato de a doação de sangue não fazer parte da cultura brasileira, há muitos mitos sobre esse ato. Saiba o que é mentira e o que é verdade e procure tornar-se um doador (box ao lado). Um dia, você poderá salvar uma vida. Um dia, poderão salvar a sua! ■

MITOS	VERDADES
• Quem doa sangue uma vez é obrigado a doar sempre • A doação engrossa o sangue • Doar sangue engorda ou emagrece • Doar sangue vicia • Mulheres menstruadas não podem doar sangue • Doadores correm risco de contaminação	• Doar sangue não enfraquece o organismo • Não existem riscos de se contrair doenças durante a doação • Durante a gravidez, a mulher não pode doar sangue

POSTOS DE COLETA PRÓ-SANGUE

POSTO CLÍNICAS
Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 155 - 1º andar - Cerqueira César
De segunda a sexta, das 7h às 19h. Sábados e feriados, das 8h às 18h.

POSTO MANDAQUI
Rua Voluntários da Pátria, 4.227 - Mandaqui
De segunda a sexta, das 12h às 18h

POSTO DANTE PAZZANESE
Av. Dante Pazzanese, 500 - Ibirapuera
De segunda a sexta, das 8h às 17h. Sábado, das 8h às 16h.

POSTO REGIONAL DE OSASCO
Rua Ari Barroso, 355 - Osasco
De segunda a sexta, das 8h às 17h.

POSTO BARUERI
Rua Angela Mirella, 354 - Barueri
De segunda a sexta, das 8h às 16h.

POSTO PEDREIRA
Rua João Francisco de Moura, 251 - Jd. Campo Grande
De segunda a sábado, das 7h30 às 12h30.

Para mais informações, acesse www.prosangue.sp.gov.br

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

Não gastar mais do que ganha

SIMPLES ASSIM

COMO SE REEDUCAR FINANCEIRAMENTE PARA CONSEGUIR GUARDAR UM DINDIM TODO MÊS

Ter controle sobre as finanças pessoais - está aí uma dificuldade brasileira. Ao mesmo tempo, torna-se cada vez maior a busca da população por instrumentos e informações que ajudem a administrar melhor seu dinheiro.

O professor da escola de economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Samy Dana, explica que o erro mais comum entre os devedores é o simples fato de gastarem mais do que ganham.

Além disso, segundo ele, as duas modalidades mais usadas para compra são as mais caras: cartão de crédito e cheque especial. "Com juros altos vigentes no País, sobretudo nas modalidades de crédito rápido como cartão de crédito e cheque especial, a dívida em pouco tempo pode virar um grande problema", diz o economista.

Mas como reverter essa situação? Como chegar ao final do mês no "azul"?

PLANILHA DE CONTROLE

Na verdade, é preciso, antes de mais nada, adaptar o estilo de vida ao salário mensal. "O primeiro passo é criar uma planilha para controle de gastos no início do mês, e não no final, quando o dinheiro já foi gasto", ensina Samy.

O economista explica que a planilha deve conter tudo o que entra e tudo o que sai. "Deve-se prever – e procurar cumprir, além do que vai receber, gastos como aluguel, condução, saúde, contas, alimentação e lazer."

Os cálculos devem ser acompanhados diariamente. "Quando perceber que o orçamento não vai fechar, que a conta vai estourar, dá tempo de rever os custos e reequilibrar a planilha", esclarece Samy.

Também é importante comparar o que foi planejado com o que, de fato, foi gasto. Isso trará mais precisão para a planilha do mês seguinte.

PAGAMENTO A PRAZO

Atenção! Propostas aparentemente irrecusáveis para comprar um produto a prazo sem juros nem sempre são reais.

"Se o valor for realmente o mesmo à vista ou a prazo, vale a pena dividir o pagamento, incluir as parcelas na planilha e se organizar. Mas é muito difícil os juros não estarem embutidos no preço. Para ter certeza, é preciso, no mínimo, comparar o valor do produto a prazo em uma loja com o preço do mesmo produto à vista em outro estabelecimento", sugere o professor de economia.

INVESTIMENTO

Samy Dana diz que o "mundo ideal" seria cada trabalhador conseguir guardar 30% de seu salário por mês. Mas, na prática, isso é mais difícil. "O importante é se esforçar para guardar e investir pelo menos um pouco mensalmente."

Segundo o economista, "as taxas de juros no Brasil são muito altas, mesmo com os decréscimos. Por isso, o investimento mais recomendo é no Tesouro Direto. Trata-se de um mecanismo que o Governo Federal criou em parceria com a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC para vender títulos federais para pessoas físicas".

A modalidade atinge investidores que dispõem de R$ 100 a R$ 400 mil de volume financeiro por mês, sendo assim uma ferramenta democrática. "Sem falar que o risco de não recebimento ocorreria em um eventual calote do governo brasileiro e, hoje em dia, esse risco é bem baixo", explica Samy.

CARTÃO DE CRÉDITO

Ele pode não ser tão vilão assim. Basta saber usar.

De maneira geral, a pessoa que não tem controle sobre a vida financeira e utiliza o limite do cartão como extensão do seu salário está usando o cartão como um veneno.

Em contrapartida, se utilizado de forma correta, o cartão pode trazer benefícios, uma vez que até a data da fatura o usuário não paga juros e o cartão gera pontos que podem ser convertidos em milhas, espetáculos, jantares etc.

O importante é, mais uma vez, não gastar mais do que tem e ficar de olho na planilha para controlar os gastos.

"Nunca se deve deixar de pagar a fatura do cartão de crédito integralmente. Os juros rotativos do cartão são proibitivos", finaliza o economista.

Fica a dica! ■

OS TRÊS PODERES DO ESTADO BRASILEIRO

O BRASIL TEM 26 ESTADOS E 27 UNIDADES FEDERATIVAS. ISSO PORQUE O DISTRITO FEDERAL, EMBORA NÃO SEJA UM ESTADO, É UMA UNIDADE FEDERATIVA

EXECUTIVO
TEM FUNÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

FEDERAL

O chefe é o presidente da República, auxiliado pelos ministros e secretários de Estado

PRESIDENTE
Chefe do Poder Executivo e autoridade máxima do País, o presidente é eleito pelo voto direto. Seu mandato é de 4 anos, renovável por mais 4, por meio da reeleição. Um candidato à presidência deve ter no mínimo 35 anos.

Funções:
- Nomear ministros, para que administrem setores específicos do País, de acordo com suas pastas;
- Nomear o presidente do Banco Central;
- Nomear o ministro do Supremo Tribunal Federal e dos outros Tribunais Superiores;
- Executar o orçamento nacional;
- Manter relações com outros países;
- Exercer comando sobre as forças armadas;
- Propor e aprovar as leis votadas pelo Congresso.

ESTADUAL

O governador do Estado comanda junto com os secretários estaduais

GOVERNADOR
O governador é o chefe do Poder Executivo no estado em que foi eleito. Como o presidente, também é escolhido pelo voto direto, com um mandato de 4 anos e possibilidade de reeleição.

Funções:
- Comandar a segurança pública, a polícia civil e a militar;
- Nomear os secretários do estado, auxiliares na administração estadual;
- Representar o estado junto à autoridades federais;
- Executar o orçamento estadual
- Propor e aprovar as leis votadas pelos deputados na Assembleia Legislativa.

MUNICIPAL

O prefeito é o chefe auxiliado pelos secretários municipais

PREFEITO
O prefeito comanda o Poder Executivo no município em que foi eleito. O processo eleitoral é idêntico ao dos outros chefes do Executivo, com eleições diretas, mandato de 4 anos e possibilidade de reeleição. Um candidato a prefeito deve ter no mínimo 21 anos.

Funções:
- Nomear os secretários municipais, que o ajudam na administração da cidade;
- Executar as leis aprovadas na Câmara dos Vereadores;
- Preservar e melhorar a infraestrutura da cidade;
- Propor leis à Câmara dos Vereadores.

LEGISLATIVO

ELABORA AS LEIS E FISCALIZA O EXECUTIVO

FEDERAL

Exercido pelo Congresso Nacional, dividido entre senadores (Senado Federal) e deputados federais (Câmara dos Deputados)

SENADOR

Atualmente, o Senado Federal possui 81 senadores. As eleições para senador são feitas junto com as eleições para presidente da República, governador de Estado, deputados federal, estadual e distrital, dois anos após as eleições municipais. Todas as 27 unidades da Federação (26 estados e o Distrito Federal) possuem a mesma representatividade, com três senadores cada. Os senadores representam os estados e não a população, daí, portanto, a não proporcionalidade em relação ao número de habitantes de cada estado. Seu mandato é de 8 anos, sendo que de 4 em 4 anos, alternadamente, 1/3 e 2/3 da Câmara são renovados. Os senadores podem ser reeleitos quantas vezes os eleitores quiserem. Para se candidatar ao Senado, é necessário ter no mínimo 35 anos.

Funções:

- Fiscalizar o presidente, o vice-presidente e os ministros de Estado;
- Aprovar as dívidas dos estados;
- Homologar a diretoria do Banco Central;
- Elaborar, em conjunto com o presidente, o orçamento nacional;
- Tomar decisões quanto a acordos internacionais firmados pelo governo;
- Revisar projetos vindos da Câmara dos Deputados;
- Preparar o regimento do Senado.

DEPUTADO FEDERAL

Os deputados federais representam a população de seus estados na Câmara dos Deputados. O número de parlamentares a serem eleitos é definido um ano antes das eleições, de modo que nenhum estado tenha menos de 8 ou mais de 70 representantes. Essa medida é tomada para manter o equilíbrio de representatividade na Câmara. O mandato de um deputado é de 4 anos, mas, como os senadores, eles podem ser reeleitos quantas vezes os eleitores quiserem. Atualmente, são 513 deputados. São Paulo possui 70 representantes.

Funções:

- Fiscalizar o presidente, o vice-presidente e os ministros de Estado;
- Elaborar o orçamento nacional, em conjunto com o presidente;
- Propor leis de interesse nacional, debatê-las e aprová-las;
- Formar Comissões Parlamentares de Inquérito, mais conhecidas como CPIs;
- Preparar o regimento da Câmara dos Deputados.

ESTADUAL

Exercido pela Assembleia Legislativa, composta pelos deputados estaduais

DEPUTADO ESTADUAL

Os deputados estaduais formam a Assembleia Legislativa e têm funções similares a dos deputados federais. A diferença é a esfera de atuação, que se limita ao estado em que foram eleitos. O mandato de um deputado estadual é de 4 anos, e o sistema de reeleição é idêntico ao dos senadores e deputados federais. São Paulo tem 94 deputados estaduais.

Funções:

- Fiscalizar o governador, o vice-governador e os secretários do estado;
- Propor leis de interesse estadual, debatê-las e aprová-las;
- Elaborar o orçamento estadual, em conjunto com o governador;
- Formar Comissões Parlamentares de Inquérito, mais conhecidas como CPIs.

MUNICIPAL

A função é cumprida pela Câmara dos Vereadores

VEREADOR

Os vereadores formam a Câmara Municipal, onde atuam como parlamentares. O número de representantes corresponde à quantidade de eleitores da cidade. O mandato de um vereador é de 4 anos, mas ele pode ser reeleito diversas vezes, de acordo com a vontade dos eleitores. A Câmara de São Paulo, hoje, tem 55 vereadores eleitos democraticamente.

Funções:

- Fiscalizar o prefeito, o vice-prefeito e os secretários municipais;
- Propor leis de interesse municipal, debatê-las e aprová-las;
- Votar projetos de lei enviados pelo prefeito;
- Organizar os serviços da Câmara Municipal.

PODER JUDICIÁRIO

TEM COMO OBJETIVO FAZER COM QUE AS LEIS DO PAÍS SEJAM CUMPRIDAS

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL

O STF é responsável pelo cumprimento da Constituição do Brasil. Quando ela é violada, o julgamento da causa cabe ao Supremo Tribunal, que também julga algumas autoridades federais, como o presidente da República.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O STJ deve fazer com que as leis federais sejam respeitadas, julgando recursos de decisões judiciais que as contrariem. O Superior Tribunal de Justiça também julga crimes comuns praticados por governadores e outras autoridades.

JUSTIÇA FEDERAL

A Justiça Federal é composta pelos Tribunais Regionais Federais e tem a função de julgar causas que envolvam a União ou empresas públicas federais.

JUSTIÇA DO TRABALHO

A Justiça do Trabalho é responsável por causas com origem nas relações de trabalho. Compete à Justiça do Trabalho julgar o direito à greve, análise de penalidades administrativas impostas por órgãos do governo e litígio envolvendo o sindicato dos empregadores e o sindicato dos trabalhadores.

JUSTIÇA ELEITORAL

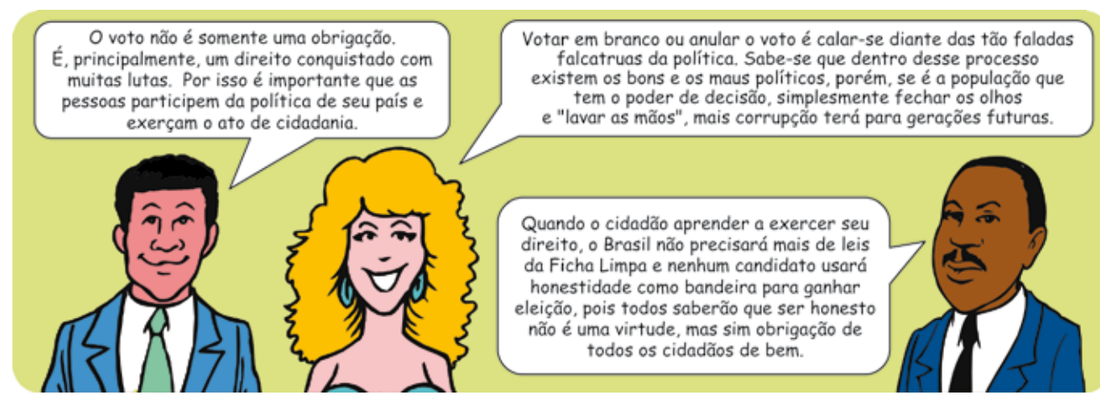
As causas relativas à legislação eleitoral devem ser julgadas pela Justiça Eleitoral. Além disso, também é de sua responsabilidade organizar, administrar e garantir a transparência das eleições no Brasil.

JUSTIÇA MILITAR

A Justiça Militar é responsável por julgar os crimes militares previstos em lei.

JUSTIÇA ESTADUAL

Cada estado deve organizar sua própria justiça, o que faz com que sua competência seja definida pela Constituição Estadual.



SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO

Rua Formosa, 99 - Vale do Anhangabaú - Centro
CEP 01049-000 - São Paulo/SP
Tel.: 2121-5900
www.comerciarios.org.br

RICARDO PATAH, presidente